

FORÇA AÉREA PORTUGUESA



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2022

ESTADO-MAIOR

2023



O ano de 2022 destacou-se pelo desaparecimento gradual do impacto global da pandemia de COVID-19, assim como pelo início do conflito na Ucrânia, o qual tem vindo a prolongar-se no tempo, provocando uma crise energética e financeira, a nível mundial. Estas situações atípicas, impactantes nas dinâmicas de inúmeras organizações, revelaram-se como um forte desafio para a Força Aérea (FA). Surgiu assim a necessidade de continuar o processo de adaptação, já iniciado com o surgimento da pandemia, a novas formas de executar as suas missões e reorientar os recursos disponíveis para o seu cumprimento. Na avaliação à resposta dada, evidenciam-se a flexibilidade e a adaptabilidade da FA, características intrínsecas do Poder Aéreo e um pilar essencial do Poder Nacional.

Apesar de todas as contingências, o cumprimento da Missão manteve-se como foco orientador da participação ativa da FA nos pilares essenciais da política de Defesa:

- Contribuindo para assegurar a soberania nacional e participando na defesa militar da República, através do emprego continuado de sistemas de armas (SA) capazes e tripulações qualificadas;

- Honrando os compromissos de Portugal relativos à defesa coletiva e segurança cooperativa, materializados na participação nas Operações *Iceland Air Policing*, *Noble Shield* e *Sea Guardian* da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), na cooperação com a agência FRONTEX da União Europeia (UE), na participação na Operação IRINI da UE e na cooperação bilateral com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Maurítânia;

- Realizando missões para a defesa dos interesses dos cidadãos portugueses e da salvaguarda da vida humana, com o empenho de recursos em várias vertentes, preparação e cedência de instalações, ações de formação e emprego de meios aéreos, tripulados e não tripulados, na prevenção e combate a incêndios rurais.

Este contributo robusto não foi isento de dificuldades para a FA nem para os seus militares e funcionários civis. A redução verificada na atividade aérea é especialmente preocupante e decorreu, essencialmente, da baixa prontidão das diferentes frotas. No domínio dos recursos humanos, o seu valor deficitário em termos de quantitativos implicou um esforço adicional, o qual teve frequentemente consequências na manutenção de qualificações e na disponibilidade dos militares para operações.

Da avaliação efetuada às atividades desenvolvidas em 2022 – inseparável das dificuldades sanitárias e dos constrangimentos financeiros sentidos – resulta a certeza de Portugal dispor de uma FA relevante para a afirmação externa do nosso País e insubstituível na defesa e proteção dos seus cidadãos.

Alfragide, 24 de março de 2023

O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Assinado no Original

João Guilherme Rosado Cartaxo Alves

General

I. Nota Introdutória	1
1. Enquadramento	1
II. Estratégia de Gestão da Força Aérea	3
1. Missão, Visão e Valores.	3
2. Objetivos Estratégicos, Objetivos Operacionais e Atividades	4
3. Indicadores e Metas Globais de Gestão.....	8
4. Mapa de Estratégia – Resultados Macro	8
III. Análise da Execução.....	11
1. Atividade Aérea Global	11
2. Recursos Humanos.....	15
3. Recursos Financeiros	27
IV. Edificação de Capacidades	35
1. Lei de Programação Militar	35
2. Lei das Infraestruturas Militares.....	43
V. Considerações Finais.....	44
SIGLAS.....	49
Anexo A - Índices de Concretização das Atividades.....	A-1
Anexo B – Tabelas de Recursos Humanos.....	B-1
Anexo C – Plano de Atividades 2022 (atividades com expressão orçamental).....	C-1

I. Nota Introdutória

1. Enquadramento

O planeamento e o controlo da atividade desenvolvida pela FA, no cumprimento da Missão que lhe está legalmente atribuída, são enquadrados por dois importantes documentos de gestão: o Plano Anual de Atividades (PAA) e o Relatório Anual de Atividades (RAA). A elaboração destes dois documentos enquadra-se nas normas legais de desenvolvimento do Regime de Administração Financeira do Estado previstas no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de junho, e são estruturados conforme o articulado no Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

A estratégia de gestão que suporta a elaboração destes documentos tem como referência os Objetivos Estratégicos (OE), os Objetivos Operacionais (OB) e as Atividades, definidos em Diretiva de Planeamento, através dos quais os Órgãos e Serviços identificam todas as ações a realizar, estruturando assim a forma como planeiam alcançar os resultados pretendidos.

O RAA2022 pretende dar a conhecer o nível de desempenho alcançado em 2022, tendo por base a execução da estratégia de gestão da FA, relatando para isso o percurso efetuado, avaliando os resultados e contribuindo, dessa forma, para a melhoria contínua do seu desempenho futuro.

De forma complementar, os resultados obtidos são também detalhados, com maior profundidade analítica, noutros documentos legalmente exigidos, nomeadamente o Relatório de Gestão e o Anuário Estatístico da FA. No seu conjunto, estes documentos traduzem, de forma clara e transparente, os resultados operacionais e as práticas de gestão desenvolvidas pela FA no cumprimento da Missão que lhe está atribuída.

Os resultados aqui divulgados revelam a evolução ocorrida, numa perspetiva macro, em diversas áreas com relevância para a atuação da FA. Estes dados são também comparados com resultados de anos anteriores, de forma a permitir a verificação da evolução ocorrida nas principais atividades desenvolvidas. Para a identificação dos resultados contribuíram os indicadores e metas de gestão, que evidenciaram o grau de execução de atividades desenvolvidas globalmente pela FA.

A estrutura deste relatório assenta na análise da execução da atividade desenvolvida e na consequente apreciação, qualitativa e quantitativa, dos resultados globais alcançados em cada um dos OE definidos pela FA na Diretiva relativa ao Planeamento da FA.

Após um enquadramento inicial em torno da estratégia de gestão da FA, é efetuada uma análise das atividades realizadas durante o ano de 2022, nomeadamente no âmbito da atividade aérea global, dos recursos humanos, dos recursos materiais e financeiros e da edificação de capacidades militares.

A finalizar o presente relatório apresentam-se as principais ilações retiradas da análise efetuada às atividades essenciais desenvolvidas ao longo de 2022.

II. Estratégia de Gestão da Força Aérea

1. Missão, Visão e Valores.

A abrangência da Missão é vasta e exige uma FA capaz de operar em missões conjuntas e combinadas, devidamente treinada e preparada para gerar Poder Aéreo com meios adequados, operados por pessoas devidamente qualificadas e sustentados por uma logística agilizada, baseada numa estrutura modular que facilita processos de ativação expeditos.

A Missão Principal da FA é:

Participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição da República Portuguesa e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da Componente Operacional do Sistema de Forças.

Incumbe ainda à FA:

- Participar nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte;
- Participar nas missões no exterior do território nacional, num quadro autónomo ou multinacional, destinadas a garantir a salvaguarda da vida e dos interesses dos portugueses;
- Executar as ações de cooperação técnico-militar nos projetos em que seja constituída como entidade primariamente responsável, conforme os respetivos programas quadro;
- Participar na cooperação das Forças Armadas com as forças e serviços de segurança, nos termos previstos na lei;
- Colaborar em missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Cumprir as missões de natureza operacional que lhe sejam atribuídas pelo CEMGFA;
- Disponibilizar recursos humanos e materiais necessários ao desempenho das competências da Autoridade Aeronáutica Nacional;
- Assegurar o cumprimento das missões reguladas por legislação própria, designadamente o funcionamento do Serviço de Busca e Salvamento Aéreo;
- Executar atividades no domínio da cultura.

O Valor da Missão da FA, enquanto contributo para a paz, segurança e estabilidade da vida em sociedade, é por natureza intangível. Contudo, pode ser expresso em função do produto operacional resultante de todas as atividades da FA.

O resultado das atividades efetuadas pode ser consubstanciado na capacidade operacional, tendo como finalidade assegurar, de forma simultânea e continuada, a vigilância e controlo do espaço aéreo, incluindo aeronaves de combate em elevada prontidão, vocacionadas para a execução de missões de luta aérea e meios aéreos para o reconhecimento, fiscalização e intervenção nos espaços de soberania sob responsabilidade e jurisdição nacional, a projeção aérea e o apoio logístico e operacional a Forças Nacionais Destacadas (FND), bem como a execução de outras missões de interesse público, sem esquecer a participação nos esforços de segurança e defesa coletiva, e a execução das ações acometidas à Autoridade Aeronáutica Nacional.

Tendo em conta os referenciais identificados anteriormente, a Visão do CEMFA para a FA está enunciada da seguinte forma:

VISÃO

Uma FA robusta e dimensionada, tendencialmente apetrechada com meios de última geração e pessoal altamente qualificado, alicerçada numa organização profissional, eficiente e segura para comandar, controlar e executar operações militares e de interesse público, com sucesso.

A Visão expressa, tem como referência a Missão e é pautada pelo rigor e respeito dos Valores da Instituição, que constituem o suporte da sua cultura identitária, assente em premissas como a Determinação, o Carácter, a Honra e a Integridade, e que se complementam num conjunto de outros valores que nos são genéticos – a Lealdade, a Competência, a Disciplina, o Espírito de Sacrifício, a Solidariedade, a Dedicção, a Cooperação, o Diálogo, a Ética, o Profissionalismo, a Inovação, o Reconhecimento e a Promoção do Mérito, a Tradição, a Valorização das Pessoas e a procura da Excelência – sempre na busca incessante da capacidade de resposta aos desafios e às necessidades da FA.

2. Objetivos Estratégicos, Objetivos Operacionais e Atividades

Tendo como desiderato primordial o cumprimento da Missão, a estratégia da FA assenta na articulação entre todos os elementos do processo de planeamento e gestão de atividades, nomeadamente a definição de objetivos de nível estratégico e operacional, assim como indicadores e metas globais de gestão que permitam enquadrar e avaliar a execução de atividades. As metas de gestão e os indicadores são revistos anualmente e levam em consideração a execução de vários anos.

Considerando o permanente desenvolvimento dos ambientes internos e externos, a estratégia da FA é refletida nas seguintes Perspetivas de Gestão:

- Perspetiva do Produto Operacional CAPAZ com vista a gerar confiança e segurança para os cidadãos, a obter sucesso operacional e organizacional perante o Estado e a tornar-se um aliado reputado e competente das Organizações e dos Países Aliados;

- Perspetiva dos Processos Internos RESILIENTES que promovam condições de excelência na obtenção do produto operacional, designadamente através de processos críticos como a afirmação do Poder Aéreo, a edificação e o emprego das capacidades, a prontidão operacional, a garantia de uma logística agilizada e projetável, a preservação de uma cultura organizacional e a promoção de boas relações com o exterior;
- Perspetiva de Aprendizagem e Crescimento VALORATIVO dentro e fora da Instituição, de forma a assegurar uma efetiva criação de valor, apostando nas competências das pessoas que nela servem e na modernização dos SA e da infraestrutura tecnológica;
- Perspetiva da Gestão de Recursos RACIONAL tendo em consideração que o grau de sucesso depende maioritariamente do valor dos seus recursos e do grau de eficiência patenteado na sua gestão, particularmente das pessoas que servem a Instituição.

Associados a estas perspetivas estão objetivos de nível estratégico que projetam o caminho a percorrer para a consecução da Missão da FA, visando a obtenção de eficiência e de excelência no desempenho das atividades. Nesse sentido, os OE da FA definidos na Diretiva de Planeamento Estratégico 2019-2022 (Diretiva n.º 08/19 do CEMFA), foram os seguintes:

- **OE1 Sucesso na Operação** - Sendo as operações aéreas a componente material visível da genética do Poder Aéreo, constituindo-se como o produto operacional da missão atribuída, o comprometimento e a execução destas operações, qualquer que seja o seu âmbito, terão que contar com um envolvimento de todos. Para o efeito, o redesenho de perfis logísticos, de regeneração dos SA e de prontidão operacional deverão permitir que possíveis lacunas detetadas sejam prontamente colmatadas por redundâncias, garantindo o cumprimento imediato de quaisquer solicitações;
- **OE2 O Futuro Alicerçado nas Pessoas** - Alcançar o comprometimento de todos, num processo rumo à excelência do desempenho, promovendo a lealdade e o trabalho coletivo, baseado nos valores e na procura de propósitos comuns e encorajando e apoiando, simultaneamente, a iniciativa, a criatividade e a gestão dos riscos. Na FA, sendo o compromisso das pessoas uma responsabilidade assumida, pretende-se que o comprometimento vá além da responsabilidade, pugnando-se para que as pessoas se sintam envolvidas e motivadas para cumprirem esse compromisso, assegurando em contínuo uma liderança inclusiva;
- **OE3 Força Aérea Moderna de Excelência** - Com a Inovação pretende-se desenvolver modos completamente novos de executar atividades, desenvolver métodos e processos ou realizar atividades que promovam a FA como entidade pioneira e criativa, retomando um critério genético vigente desde a sua criação. Já com a Excelência, conceito não

complementar da Inovação, pretende-se alcançar altos desempenhos dos modos de operação existentes, melhorando-os e garantindo que a Missão é cumprida com exemplaridade, reduzindo erros, custos e tempo, procurando-se a concentração na eficiência dos processos em curso, tornando-os mais ágeis.

Os OB, enquanto diretores das áreas de atividade, são definidos e orientados em consonância com os OE. Tendo por lógica uma aproximação aos processos, a Diretiva de Planeamento Estratégico 2019-2022 identificou os OB e estabeleceu o relacionamento com as Atividades (A) desejadas segundo um fator de ponderação (Tabela 1).

Objetivo Operacional (OB) e Atividades (A)		Ponderação da Atividade
OB1 REFORÇAR A Capacidade de Resposta Imediata e Flexível	A1.1 – Operação dos Sistemas de Armas	25%
	A1.2 – Comando e Controlo Aéreo	20%
	A1.3 – Apoio Direto à Atividade Aérea	15%
	A1.4 – Sustentação dos Sistemas de Armas	20%
	A1.5 – Certificação da Aeronavegabilidade	5%
	A1.6 – Gestão dos Fogos Rurais	10%
	A1.7 – Gestão da Rede Operacional	5%
OB2 POTENCIAR A Gestão Eficiente dos Recursos Humanos	A2.1 – Gestão de RH, Carreiras, Promoções e Movimentos de Pessoal	25%
	A2.2 – Recrutamento e Seleção	15%
	A2.3 – Gestão Administrativa	10%
	A2.4 – Justiça e Disciplina	10%
	A2.5 – Ação Social e Assistência Religiosa	5%
	A2.6 – Apoio Médico e Psicológico	15%
	A2.7 – Preparação Física e Desportos	10%
	A2.8 – Medidas de Retenção e Qualificação Profissional	10%
OB3 GARANTIR Logística Robusta e Dinâmica	A3.1 – Gestão de Infraestruturas e Equipamentos	25%
	A3.2 – Assegurar a Função Abastecimento e Intendência	25%
	A3.3 – Assegurar a Função Transporte e Gestão de Viaturas	15%
	A3.4 – Gestão de Comunicações, Sistemas e Tecnologias de Informação	25%
	A3.5 – Ações de Ajustamento ao Dispositivo Decorrentes da Implementação do Aeroporto Complementar de Lisboa	10%
OB4 VALORIZAR O Ensino e Formação de Qualidade, Investigação de Excelência	A4.1 – Ensino Superior Militar	30%
	A4.2 – Formação Militar e Técnica	30%
	A4.3 – Instrução de Pessoal Navegante	30%
	A4.4 – Valorização das Competências Pessoais e Organizacionais	5%
	A4.5 – Investigação Científica e Tecnológica	5%

Objetivo Operacional (OB) e Atividades (A)		Ponderação da Atividade
OB5 INVESTIR Em Métodos de Trabalho e Processos Inovadores	A5.1 – Estabelecer e Desenvolver Política e Doutrina	25%
	A5.2 – Elaborar e Desenvolver Planos e Programas	25%
	A5.3 – Providenciar Assessoria Jurídica	30%
	A5.4 – Formação Profissional Complementar	20%
OB6 FOMENTAR Cultura de Segurança	A6.1 – Controlo e Inspeção	25%
	A6.2 – Prevenção e Investigação de Acidentes	40%
	A6.3 – Segurança Militar	25%
	A6.4 – Ações e Implementação da Melhoria Contínua	10%
OB7 CONSOLIDAR Meios e Capacidades Modernos	A7.1 – Renovação e Aquisição de Novas Capacidades Militares	70%
	A7.2 – Edificação das Infraestruturas Militares	30%
OB8 INCREMENTAR Fontes de Financiamento Diversificadas	A8.1 – Cooperação Bilateral e Multilateral	60%
	A8.2 – Cooperação Técnico-Militar	40%
OB9 ESTIMULAR Uma Política Ambiental Sustentável	A9.1 – Proteção Ambiental	50%
	A9.2 – Gestão Energética	50%
OB10 IMPLEMENTAR Comunicação Estratégica Eficaz	A10.1 – Gestão de Eventos, Protocolo e Informação Pública	20%
	A10.2 – Gestão e Divulgação Institucional da Imagem e de Atividades de Natureza Histórico-Cultural	20%
	A10.3 – Comunicação Interna	20%
	A10.4 – Comunicação Externa	20%
	A10.5 – Gestão e Preservação Documental e Audiovisual	20%
OB11 OTIMIZAR Gestão com uma Organização Adaptativa suportada em SI atuais e resilientes	A11.1 – Gestão Orçamental e Financeira	50%
	A11.2 – Processamento de Abonos	20%
	A11.3 – Auditoria Financeira e Patrimonial	20%
	A11.4 – Política <i>Paperless</i>	5%
	A11.5 – Implementação da Base do Conhecimento	5%

Tabela 1 - Relação entre OB e Atividades.

Para além disso, considerando que o cumprimento dos OB é o garante da concretização dos OE, foram também estabelecidos na mesma Diretiva os coeficientes de ponderação que definem a relevância de cada OB na concretização da estratégia global da FA, ou seja, o peso de cada OB em cada OE, como refletido na Tabela 2.

OE vs OB	OE1	OE2	OE3
OB1	40%	5%	10%
OB2	8%	35%	5%
OB3	20%	5%	8%
OB4	2%	20%	2%
OB5	2%	4%	16%
OB6	4%	10%	5%
OB7	10%	4%	35%
OB8	4%	2%	6%
OB9	4%	5%	4%
OB10	4%	2%	10%
OB11	2%	8%	5%

Tabela 2 - Ponderação OB e OE.

3. Indicadores e Metas Globais de Gestão.

Por forma a orientar e tornar mais tangível a execução das atividades planeadas em 2022 e a utilização dos recursos disponíveis, foram definidos indicadores e metas globais de gestão (Diretiva n.º 06/CEMFA/2022, de 27 de abril), em áreas de especial interesse ou impacto no resultado operacional da FA. Desta forma é possível conferir mensurabilidade, objetividade e uniformização ao reporte da execução das atividades planeadas, permitindo assim avaliar os níveis de eficácia, eficiência e qualidade obtidos.

4. Mapa de Estratégia – Resultados Macro

Tendo em consideração todos os elementos acima expostos, constantes do processo de planeamento e gestão de Atividades, e após recolha dos dados referentes à execução dos vários indicadores, é possível traduzir de forma quantificável o nível de concretização da Estratégia da FA em 2022.

As Perspetivas de Gestão, cuja incidência se apresenta a seguir, são retiradas do Mapa da Estratégica, refletido na Figura 1.

- **Produto Operacional** ($0,5 \times OB1 + 0,3 \times OB7 + 0,2 \times OB9$) – **77,8%**
- **Processos Internos** ($0,3 \times OB3 + 0,3 \times OB6 + 0,4 \times OB8$) – **90,9%**
- **Aprendizagem e Crescimento** ($0,4 \times OB4 + 0,6 \times OB5$) – **85,9%**
- **Gestão Recursos** ($0,3 \times OB2 + 0,1 \times OB10 + 0,6 \times OB11$) – **89,0%**



MAPA DA ESTRATÉGIA da FORÇA AÉREA 2019-2022

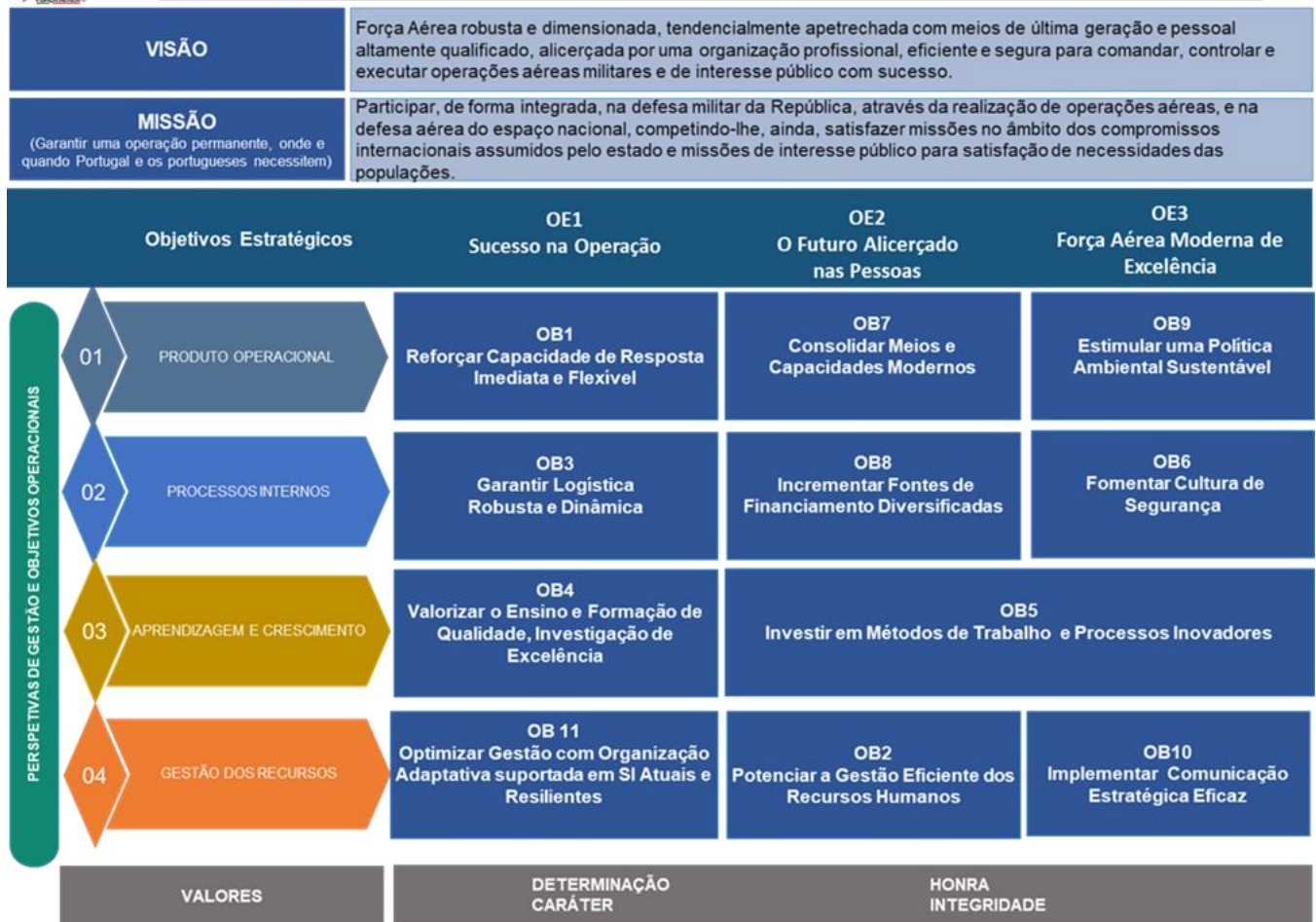


Figura 1-Mapa da Estratégia.

Associados às Perspetivas de Gestão estão os OE e OB, que projetam o caminho a percorrer para a consecução da Missão da FA, visando a obtenção de eficiência e de excelência no desempenho das atividades. O grau de cumprimento dos OE foi o seguinte:

- **OE1** – 85,5%
- **OE2** – 85,3%
- **OE3** – 82,2%

A média de concretização dos OB situou-se nos 84,9%, sendo o grau de cumprimento em cada OB o seguinte:

OB1	OB2	OB3	OB4	OB5	OB6	OB7	OB8	OB9	OB10	OB11
89,0%	87,2%	84,2%	84,8%	86,7%	85,4%	71,5%	100%	59,3%	97,7%	88,4%

Tabela 3 - Percentagem de cumprimento dos OB (OB).

Os resultados obtidos na execução da Estratégia em 2022 fixaram-se, de uma forma geral, abaixo das metas traçadas, o que sugere uma atividade da FA abaixo do planeado.

No Anexo A encontram-se descritos os índices de concretização das atividades realizadas em 2022. É com base nos indicadores estabelecidos que se apresenta em seguida uma análise detalhada da execução das atividades da FA, tendo por base os vetores fundamentais da atividade aérea global, dos recursos humanos, dos recursos materiais e financeiros e da edificação de capacidades militares.

III. Análise da Execução

1. Atividade Aérea Global

O produto operacional da FA, porquanto diverso, encontra maior evidência na atividade aérea, traduzida em horas de voo (HV) efetuadas no cumprimento da missão, com recurso a aeronaves prontas para voo e tripulações qualificadas. Esta atividade aérea, enquadra-se em quatro áreas de atuação:

- Vigilância e Controlo do Espaço Aéreo Nacional;
- Patrulhamento e Fiscalização do Espaço Interterritorial;
- Segurança Cooperativa;
- Segurança Humana.

A **Vigilância e Controlo do Espaço Aéreo Nacional** concretiza-se com a atuação em permanência de radares de vigilância e deteção, de sistemas de Comando e Controlo (C2) e de aeronaves de interceção aérea em ações de policiamento aéreo. Esta área de missão visa contribuir para as ações de soberania nacional e, enquanto contributo nacional, para a segurança coletiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), designadamente no sistema de defesa aérea comum e integrado, o NATO *Integrated Air and Missile Defense System* (NATINAMDS).

O **Patrulhamento e a Fiscalização do Espaço Interterritorial** foram executados através das atividades anteriores, complementadas com meios aéreos de vigilância, deteção e reporte, incluindo fiscalização e controlo de pescas e de atividades ilegais, tais como a poluição marítima, o tráfico de estupefacientes e a imigração ilegal. Também a exploração ilegítima de recursos nacionais no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente (EEINP) por meios navais militares ou civis estrangeiros foi alvo destas missões.

O contributo para a **Segurança Cooperativa** refletiu o contributo equilibrado e abrangente de Portugal para o ambiente de segurança regional e global, no respeito dos compromissos internacionalmente assumidos no âmbito das organizações de que faz parte, demonstrando uma preocupação evidente com os desafios securitários que se manifestam na região do Sul da Europa, Mediterrâneo e África, e no quadro da Aliança Atlântica o compromisso de solidariedade com o Leste da Europa.

A **Segurança Humana** é promovida através de um sistema de C2, de meios aéreos e tripulações com preparação para o policiamento aéreo do EEINP, auxílio às populações, busca e salvamento, evacuação sanitária, cooperação com as organizações de proteção civil e com organizações internacionais. Neste contexto, destacam-se o apoio prestado à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) para coordenação no emprego dos meios no combate aos incêndios rurais e o contributo com meios do Sistema de Forças Nacionais (SFN) no âmbito do apoio às operações de combate a incêndios do DECIR.

No que concerne ao Produto Operacional, nas vertentes de **Soberania Nacional** e **Segurança Humana** no EEINP, é possível constatar na Tabela 4, o contributo efetuado nas várias áreas de atuação, nomeadamente através das missões de defesa aérea, evacuação médica, busca e salvamento e missões de transporte de órgãos.

Tipologia	Missões		Horas de Voo
Vigilância do Espaço Aéreo	6 Reais e 165 Treino		630:40
Evacuações Sanitárias	640 Missões	816 Doentes	1199:00
Evacuações a Navios	46 Missões	49 Doentes	155:15
Busca e Salvamento	73 Missões	47 Salvamentos	287:50
Transporte de Órgãos	15 Missões		36:10
Total	1.686 Missões		2272:45

Tabela 4 - Produto Operacional - Missões de Soberania e Segurança Humana no EEINP.

Assinala-se ainda o esforço efetuado na participação em missões internacionais, com impacto significativo na relevância de Portugal enquanto contribuinte efetivo para a segurança cooperativa e humana (Tabela 5).

Operação Entidade	Unidade Aéreas	Sistemas de Armas	Número de Saídas	Horas de Voo
<i>Icelandic Air Policing</i> NATO	201, 301 e 501	F-16M e C-130H	175	412:20
FRONTEX EU	601	P-3C	63	265:30
Operação IRINI EU	601	P-3C	32	197:00
AMLEP e Cooperação bilateral com Cabo Verde S. Tomé e Príncipe e Maurítânia	601	P-3C	12	54:05
Operação <i>Noble Shield</i> NATO	601	P-3C	14	88:25
Operação <i>Sea Guardian</i> NATO	601	P-3C	38	246:00
Total			334	1263:20

Tabela 5 - Missões Internacionais.

Numa perspetiva de emprego dos SA no cumprimento das missões atribuídas, e dentro dos condicionalismos originados pelas limitações orçamentais a que a FA tem sido sujeita, garantiu-se um regime de prontidão de 24 horas/dia nos 365 dias do ano com meios aéreos e com tripulações qualificadas para os vários tipos de missão.

Este nível de prontidão, expresso por meios em alerta permanente, envolveu diariamente uma média de 12 aeronaves para empenhamento imediato (i.e. QRA¹/SAR²/Transporte de Órgãos/Evacuação Aeromédica) e mais de 600 militares (cerca de 10% do efetivo máximo aprovado)

¹ Quick Reaction Alert

² Search And Rescue

das áreas de manutenção, tráfego aéreo, assistência e socorro (bombeiros), apoio médico e polícia aérea em missões de soberania e de segurança humana em favor do interesse público. Parte significativa dessa atividade foi desenvolvida em regime de destacamento permanente, com o acréscimo de complexidade logística e inerente desgaste associado.

As metas traçadas para 2022 focaram-se nos compromissos assumidos e na manutenção de capacidades, aos quais se somaram as necessidades de apoio ao combate à pandemia que implicaram, por isso, um esforço acima da linha de sustentabilidade das frotas em termos logísticos e de manutenção, resultantes do subfinanciamento para a sustentação dos SA.

A concretização do nível de ambição do regime de esforço (RE), que se situa em cerca de vinte e três mil horas de voo por ano, não só não se verificou como se manteve em níveis historicamente baixos em 2021 e 2022, em larga medida devido à baixa disponibilidade de aeronaves prontas para voo.

A prontidão de aeronaves verificada foi obtida penalizando a gestão de algumas frotas (e.g. através da canibalização de equipamentos e materiais e/ou utilização do seu potencial sem que houvesse lugar a reposição), e através do esforço da FA na procura de outras soluções de otimização, como a alienação de aeronaves de forma a poder sustentar a manutenção e a logística. A alienação de aeronaves F-16M permitiu gerar autofinanciamento para sustentar parte da operação da FA.

A recuperação prevista para 2022, no sentido de aumentar o número de aeronaves prontas para voo e suportar um RE de 20.116 HV, tudo conducente à recuperação do número de tripulações prontas e qualificadas, acabou por ser apenas parcial, face ao referido nos pontos anteriores e como plasmado no gráfico seguinte.

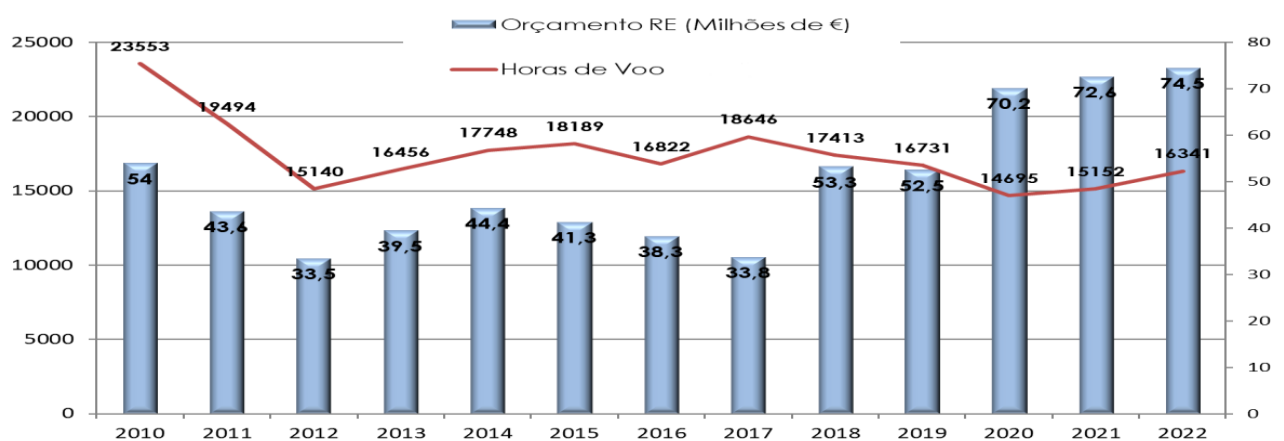


Gráfico 1 – Horas de Voo vs. financiamento do RE³.

³ Em 2020, o valor de 70,2M€ inclui 19,2M€ do programa de alienação de F-16M. Em 2021, o valor de 72,6 M€ inclui 16,5M€ do programa de alienação de F-16M. Em 2022, estão incluídos 12,5 M€ provenientes da mesma fonte.

Atendendo ao valor orçamental de referência necessário para operar de forma sustentada os SA (para 23 mil HV/Ano) – situa-se nos 60M€ a 70M€, excluindo os contratos de sustentação do EH-101 e do C-295M – verifica-se, desde 2013, que o valor se situou sempre abaixo, como se pode observar na Tabela 6.

Ano	Despesa ⁴	HV Planeadas	HV Realizadas	Nº de Saídas
2013	39,5 M€	16.742	16.456	10.948
2014	44,4 M€	18.212	17.748	11.892
2015	41,3 ⁵ M€	18.535	18.189	12.179
2016	38,3 M€	17.700	16.822	11.309
2017	33,8 M€	18.500	18.646	15.066
2018	53,3 M€	18.030	17.413	11.241
2019	52,5 M€	18.610	16.731	11.732
2020	51,0 M€ (70,2M€)	18.663	14.695	9.856
2021	56,1 (72,6M€)	19.300	15.152	13.969
2022	62,0 M€ (74,5 M€)	20.116	16.341	10.368

Tabela 6 - Indicadores globais de operação.

Estes valores têm levado ao acumular de um défice de regeneração do potencial voado e, por conseguinte, a cada vez menos aeronaves prontas para voo. Esta situação resulta do facto de se estar a esgotar/consumir o potencial de aeronaves, motores e equipamentos em operação, muitas vezes com recurso a canibalizações, sem que exista capacidade de repor/investir no sentido de compensar o potencial consumido, o que não se consegue mitigar a curto prazo e sem o financiamento necessário.

A atividade aérea realizada pode ser distribuída em Modalidades de Ação, de natureza Operacional (44%), Qualificação/Treino (44%) e Instrução (12%), tal como apresentado no Gráfico 2. Nota-se, neste ponto, em relação a 2021, um crescimento de atividade operacional em prejuízo da manutenção de qualificações o que pode redundar num menor número de tripulações qualificadas e afetar a capacidade operacional.

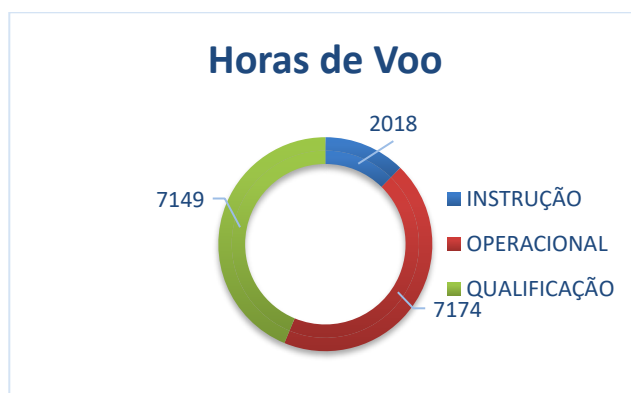


Gráfico 2 - Distribuição do RE por modalidades de ação.

⁴ Inclui despesas em sustentação das frotas e combustível para operação, excluindo custos com sustentação das frotas EH-101 e C-295M.

⁵ Não inclui despesa efetuada no âmbito do programa de alienação de F-16M à Roménia.

Adicionalmente, efetuaram-se missões de vigilância com *Unmanned Aerial Systems* (UAS), atividade cuja expressão cresceu em 2022 face a 2021 em cerca de 600 HV. Com estes meios adquiridos ao abrigo da RCM n.º 38A/20, efetuaram-se 1.631 HV para responder à necessidade de vigilância aérea adicional durante o período do DECIR.

As 16.341 HV⁶ efetuadas, embora representem um acréscimo de cerca de 1.000 HV face ao ano anterior, refletem a continuação das limitações na operação decorrentes da baixa disponibilidade de aeronaves prontas para voo e, em menor escala, do impacto da falta de pessoal, que afetou tanto a disponibilidade das tripulações como a disponibilidade de pessoal de manutenção.

Para melhor demonstração do impacto, refira-se que as HV realizadas em 2022 equivalem a cerca de dois terços do valor desejado para alcançar o nível de ambição operacional da FA, como se verifica na Tabela 7.

Unidade Aérea	Aeronave	Nível de Ambição	HV	HV	Rácio	Rácio
		(LoA)	Planeadas	Realizadas	Real/Plan	Real/LoA
101	EPSILON	3.450	3.400	2.202	65%	64%
201/301	F-16M	5.500	4.110	3.618	88%	66%
501	C-130H	1.800	1.536	1.405	91%	78%
502	C-295M	3.600	3.500	2.052	59%	57%
504	Falcon 50	900	900	819	91%	91%
552	AW119	1.750	1.750	1.609	92%	92%
601	P-3C	2.200	1.500	1.680	112%	76%
751	EH-101	2.900	2.220	2.035	92%	70%
802	Chipmunk	1.200	1.200	921	77%	77%
Totais		23.300	20.116	16.341	81%	70%

Tabela 7 - Horas de Voo por Unidade Aérea no ano de 2022.

2. Recursos Humanos

A estratégia da FA assenta numa política e gestão de pessoal que promova a satisfação das necessidades organizacionais, as oportunidades de carreira, competências e motivação das pessoas, considerando que o grau de sucesso da organização depende do valor dos seus recursos.

De modo a obter e sustentar o número de efetivos previstos para o cumprimento da sua missão, a política e a gestão de pessoal da FA procuram o comprometimento de todos, num processo rumo à excelência do desempenho, promovendo a valorização do potencial humano através da formação militar e técnica e treino continuados e de qualidade, baseado nos valores e na busca de propósitos comuns, encorajando e apoiando, simultaneamente, a iniciativa, a criatividade e a gestão dos riscos, de forma a potenciar a motivação e a retenção das pessoas ou a sua inserção no mercado de trabalho.

⁶ Não inclui voos de planadores nem de UAS.

Contudo, para garantir esta sustentação, são essenciais o contributo e o apoio da tutela, que tem um papel igualmente determinante na implementação da política e na gestão do pessoal, através da aprovação dos efetivos militares e civis, conforme decorre da legislação aplicável.

A reforma estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas – Reforma “Defesa 2020” impôs a adoção de medidas que resultaram numa redução generalizada de efetivos. Tendo por base a meta definida no âmbito desta Reforma, a FA deveria ter, em 2020, e excluindo o pessoal em formação, um efetivo entre 5.752 (referência de 30.000 de efetivos nas Forças Armadas) a um máximo de 6.135 militares (referência de 32.000 de efetivos nas Forças Armadas) a desempenhar funções na Estrutura Orgânica das Forças Armadas (EOFFAA). A acrescentar a estes números estão os efetivos necessários para dar resposta às novas capacidades e missões entretanto atribuídas à FA, designadamente o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), a capacidade baseada em Sistemas Aéreos Não Tripulados (UAS), e o contributo do ramo para a edificação da capacidade de Ciberdefesa.

Nos últimos anos tem-se vindo a verificar que o número de efetivos militares prontos para a missão tem sido bastante inferior ao previsto, tendo, inclusivamente, vindo a agravar-se. Em 31DEZ2022 esse número era de 4.617 militares.

Como se pode observar no gráfico 3, é necessário proceder a um aumento de 1.518 efetivos, 695 para os Quadros Permanentes (QP) e 844 para o Regime Contrato (RC) e Regime Contrato Especial (RCE) para se atingir o valor previsto da Reforma “Defesa 2020”.

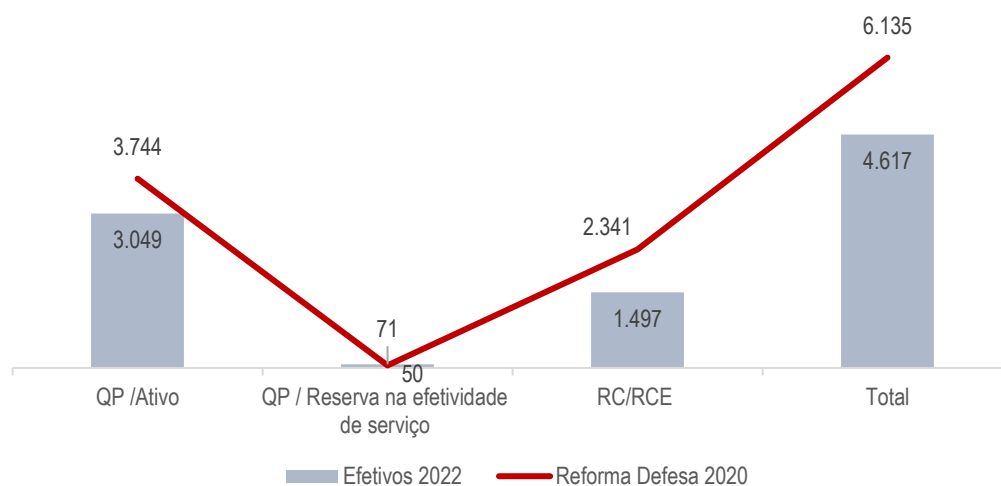


Gráfico 3 - Efetivos na estrutura orgânica das Forças Armadas em 2022 face ao objetivo de 2020.

Nota: Os 6.135 militares previstos na Reforma "Defesa 2020" não acomodam ainda as novas missões, designadamente a Ciberdefesa e o DECIR, que o quadro orgânico/Matriz Estrutural de Pessoal (MEP) da FA, contempla.

A FA tem procurado alterar os rácios QP/RC com o objetivo de reduzir os custos com pessoal, ajustando as funções, as qualificações e a faixa etária nas várias áreas que concorrem para o

cumprimento da missão. Ainda assim, o atual défice de cerca de 1.500 militares tem continuado a trazer consideráveis limitações ao cumprimento da missão, oriundas das dificuldades no recrutamento e retenção. Para mitigar este défice de efetivos, tem sido exigido um esforço adicional aos militares e civis, por acumulação de funções, sem que as qualificações tenham sido alteradas. Tal origina, por um lado, uma sobrecarga e desgaste que pode conduzir à desmotivação. Por outro, provoca um redirecionamento de elementos qualificados e experientes para tarefas que exigem menos qualificações.

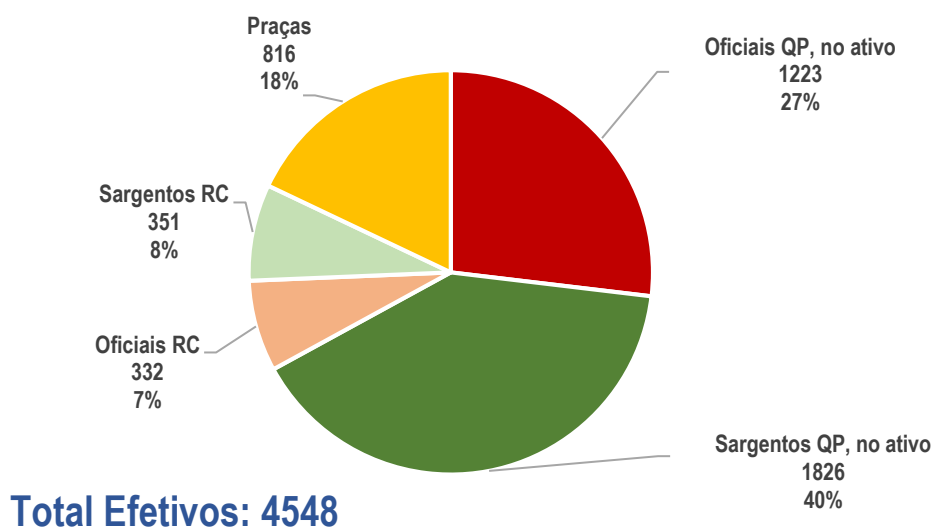


Gráfico 4 - Total Efetivos QP e RC.

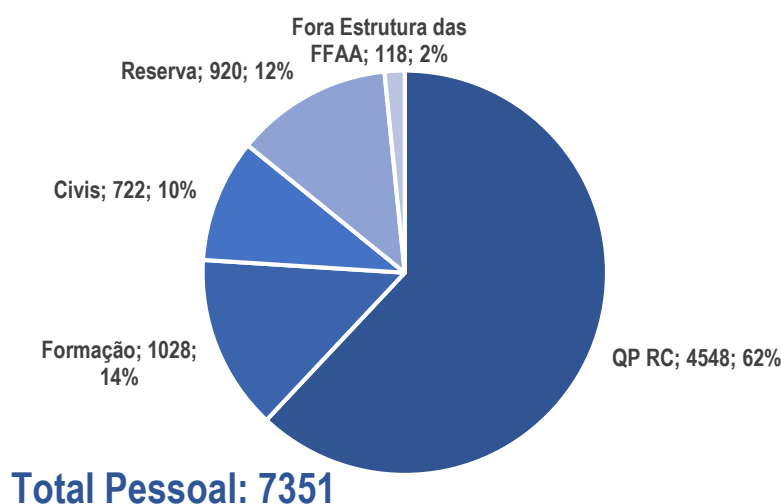


Gráfico 5 – Distribuição de Pessoal Efetivo e na Reserva.

Para contornar esta situação considera-se necessário um impulso adicional com a admissão gradual de militares para o RC e a aplicação do RCE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 130/2010, de 14 de dezembro, na sua redação atual.

a) Pessoal Militar dos Quadros Permanentes

O gráfico 6 apresenta os efetivos militares dos QP, no ativo, e na reserva na efetividade de serviço. Considerando as existências em 2022, verifica-se um decréscimo de cerca de 6% face aos efetivos existentes no período homólogo em 2021, considerando os efetivos inerentes às medidas excecionais e temporárias decorrentes da pandemia COVID-19 e os 35 militares em RC, cujo limite máximo de permanência nas fileiras terminou durante o ano de 2021, mas tiveram o seu contrato prorrogado além do limite máximo.

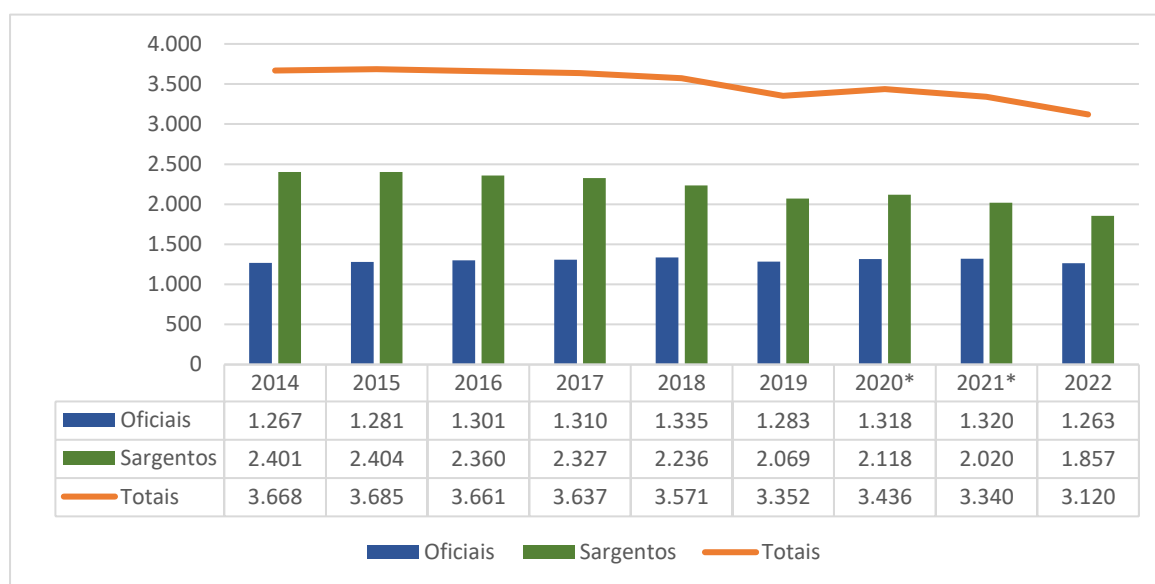
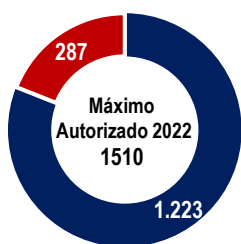


Gráfico 6 - Evolução dos efetivos Militares dos Quadros Permanentes na estrutura orgânica das Forças Armadas.

* Anos de 2020 e 2021 incluem Oficiais e Sargentos convocados, no âmbito da pandemia COVID-19, para prestar serviço na situação de reserva na efetividade ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 7 do artigo 156º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) conjugado com o disposto no Despacho do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) n.º 73/2020, de 3 de dezembro.

Nos gráficos 7 e 8 apresenta-se a diferença entre o quantitativo de efetivos militares dos QP autorizado pelo Decreto-Lei n.º 6/2022, de 7 de janeiro, e as existências de efetivos em 31DEZ22.



■ Efetivo (na estrutura FFAA) 2022-12-31 ■ Diferencial

Gráfico 7 - Oficiais do Quadro Permanente.



■ Efetivo (na estrutura FFAA) 2021-12-31 ■ Diferencial

Gráfico 8 - Sargentos do Quadro Permanente.

A redução de efetivos preconizada pela reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas tem sido implementada, desde 2015, através da redução das admissões aos QP conjugada com o expectável aumento progressivo das saídas dos militares dos QP, por atingirem as condições estatutárias de passagem à reserva. Contudo, como não foram explicitados critérios para a implementação da Diretiva Defesa 2020 (de 2013), nem assegurados instrumentos de controlo, coordenação ou acompanhamento, no final de 2015 o efetivo já estava abaixo do limite mínimo previsto de 30.000 militares nas Forças Armadas, que seria o objetivo para 2020. No caso particular da FA, os efetivos militares nos QP têm estado sempre abaixo do valor máximo previsto na Defesa 2020 (3.794 militares).

Nos gráficos 9 e 10 apresentam-se as diferenças, verificadas nos últimos cinco anos, entre os ingressos de militares nos QP (depois de terem concluído os respetivos cursos de formação) e as saídas de militares também dos QP. Evidencia-se um diferencial negativo desde 2018, acentuado no último ano de 2022.

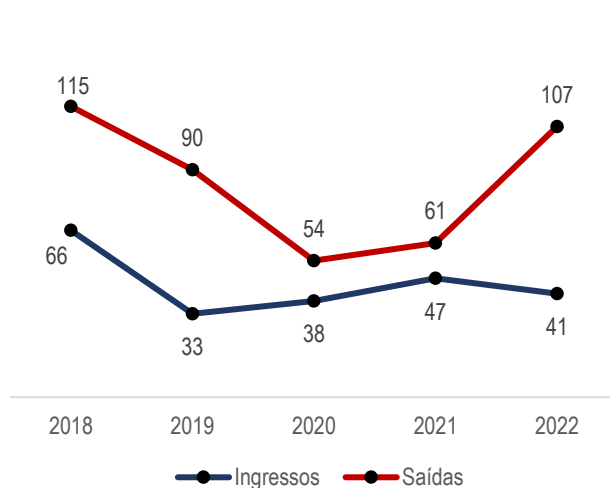


Gráfico 9 - Ingressos vs Saídas de Oficiais QP.

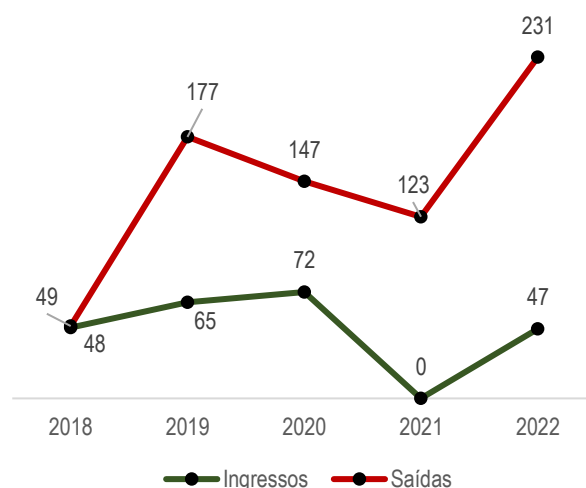


Gráfico 10 - Ingressos vs Saídas de Sargentos QP⁷.

Nota: inclui os militares a prestar serviço fora da estrutura das Forças Armadas.

No gráfico 11 apresenta-se o quantitativo autorizado, pela tutela, para admissão aos cursos de formação para ingresso nos QP no último ano, valor abaixo do registado no ano 2021 nos Estágios Técnico-Militar e nos Cursos de Formação de Sargentos. Noutra sentença, em comparação com o mesmo período do ano 2021, constatou-se um aumento do número de admissões autorizadas para os Cursos em Ciências Militares Aeronáuticas.

⁷ Em 2021 não existiram ingressos de Sargentos nos QP porque de acordo com a Portaria n.º 168, de 3 de setembro de 2019 – “Atribuição do Nível 5 de Qualificação ao Curso de Formação de Sargentos”, a partir do ano letivo 2020/2021, inclusive, o Curso de Formação de Sargentos, passou a ter a duração de quatro semestres letivos.

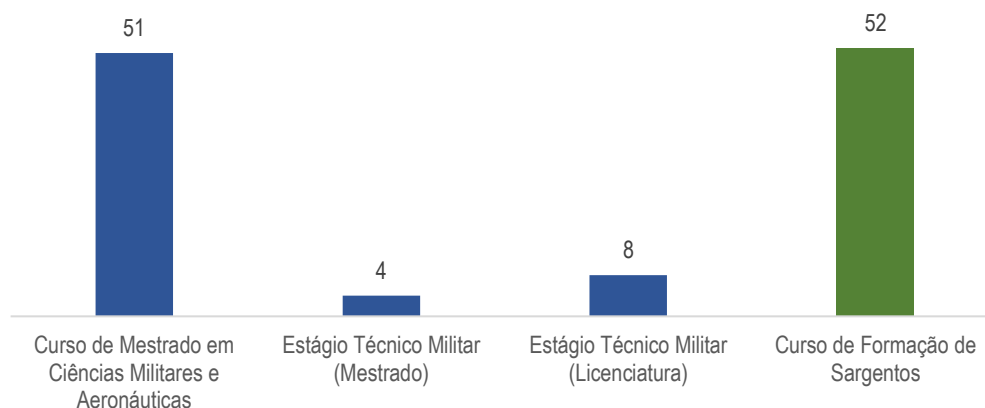


Gráfico 11 – Candidatos admitidos nos cursos de formação para ingresso nos Quadros Permanentes

Relativamente às admissões aos cursos de formação para ingresso nos QP, do ano letivo 2022/2023, destaca-se o seguinte:

- (1) O plano de admissões foi enviado para aprovação em fevereiro de 2022 e previa um total de 72 vagas para os cursos de formação de Oficiais e 88 vagas para os cursos de formação de Sargentos;
- (2) Os avisos publicados no Diário da República, também em 2022, previram a abertura condicional dos concursos, até às vagas serem fixadas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e defesa nacional;
- (3) Apesar do número de vagas proposto à tutela estar em conformidade com o efetivo autorizado pelo Decreto-Lei n.º 6/2022, de 7 de janeiro, foi determinada uma redução de cerca de 20% das vagas, face às admissões planeadas pela FA, tendo a aprovação do plano de admissões aos QP 2022/2023 ocorrido tardiamente, apenas no quarto trimestre de 2022, através do Despacho do Ministro das Finanças e da Ministra da Defesa Nacional, de 19 de outubro. Contudo, nos Cursos de Formação de Sargentos não foram preenchidas a totalidade das vagas autorizadas por falta de candidatos em determinadas especialidades.

Desta redução do número de vagas e da aprovação da proposta de admissões apenas no quarto trimestre resultaram diversos constrangimentos, designadamente:

- (1) Dificuldade em assegurar as colocações conforme pretendido pelas U/E/O, as quais já se encontram atualmente muito abaixo do módulo de pessoal almejado;

- (2) Redução da atratividade dos concursos condicionais e para ingresso na FA, pelas reservas que potenciais candidatos colocam relativamente a essa condicionalidade;
- (3) Candidatos que optam por outras vias, como o ensino superior não militar e o mercado de trabalho nacional e estrangeiro, decorrentes da impossibilidade de se efetuar a comunicação aos candidatos seriados com a antecedência que lhes permita satisfazer as suas expectativas e preparar eventuais condicionantes da sua vida pessoal.

Dada a relevância destes constrangimentos, e a fim de evitar que se continuem a repetir no futuro, efetuou-se uma análise às etapas de recrutamento de militares para a FA. Dessa análise concluiu-se que a aprovação pela tutela das propostas de admissão aos QP deveria ocorrer até três meses após o envio da proposta de admissões aos QP, mas, desejavelmente, nunca após o mês de maio do ano a que se refere o concurso, pelo que o planeamento de admissões aos QP para 2022 foi elaborado de modo a permitir cumprir este objetivo. O comprometimento para ultrapassar estes e outros constrangimentos não foi, nem pode ser, exclusivo da FA, referindo-se, entre outras, as várias e importantes medidas previstas no Plano de Ação para a Profissionalização do Serviço Militar, aprovado pelo Ministério da Defesa Nacional.

b) Pessoal Militar em Regime de Contrato

Os militares admitidos para o RC, que inclui o RCE, iniciam a prestação do serviço militar com a frequência da Instrução Básica, a que se segue a Instrução Complementar (nos Cursos de Formação de Oficiais, Cursos de Formação de Sargentos e Cursos de Formação de Praças) e ingressam na categoria após a conclusão do respetivo curso.

A evolução dos efetivos a prestar serviço em RC/RCE, de 2015 a 2022, é apresentada no gráfico seguinte.

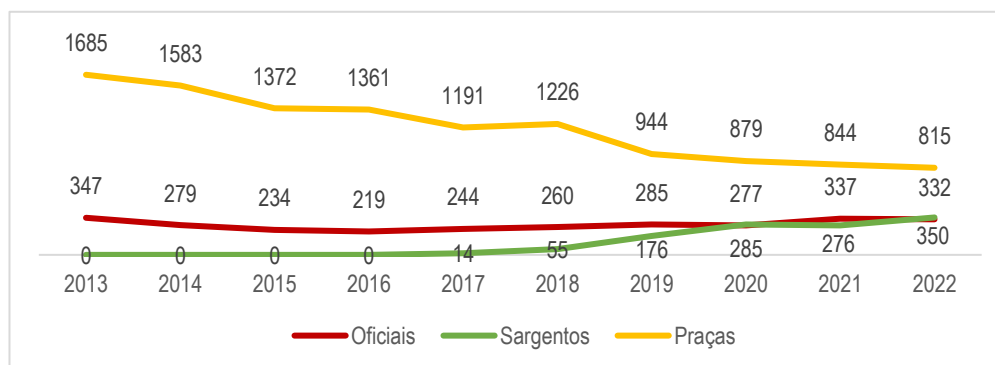
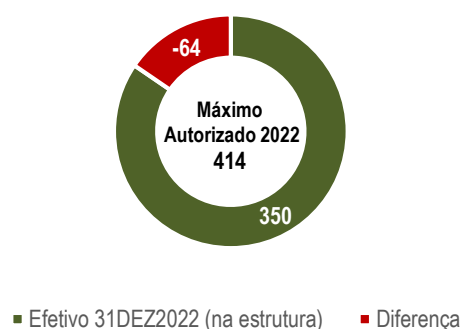
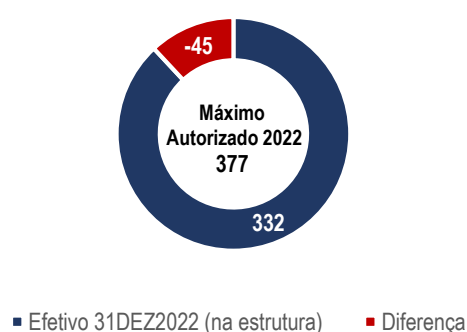


Gráfico 12 - Evolução dos efetivos de militares em regime de contrato, na estrutura orgânica das Forças Armadas.

Relativamente à evolução dos efetivos entre 2013 e 2022, a prestar serviço em RC/RCE, verifica-se uma tendência de continuação de decréscimo global do efetivo estrutural, em especial na categoria de Praças. Por outro lado, verifica-se que, desde o seu início em 2017, os efetivos de Sargentos em RC tem crescido saudavelmente, esperando-se que venha a reforçar a fonte de recrutamento para os QP daquela categoria.

Nos gráficos 13, 14 e 15 apresenta-se a diferença entre os efetivos RC/RCE autorizados pelo Decreto-Lei n.º 6/2022, de 7 de janeiro, e as existências de efetivos a prestar serviço na EOFFAA, em 31 de dezembro de 2022. A categoria de Praças destaca-se, estando 40% abaixo do máximo



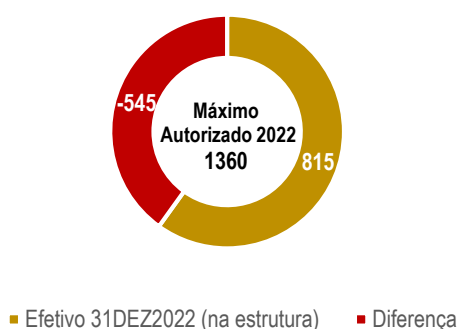
autorizado.

Gráfico 13 - Efetivos Oficiais em regime de contrato.

Gráfico 14 - Efetivos Sargentos em regime de contrato

Gráfico 15 - Efetivos Praças em regime de contrato.

Nos gráficos 16, 17 e 18 apresenta-se a diferença entre o número de militares que ingressaram efetivamente nas fileiras (após conclusão dos respetivos cursos de formação) e o número de militares que saíram da FA (caducidade, rescisão ou não renovação dos respetivos contratos) para o período de 2016 a 2022.



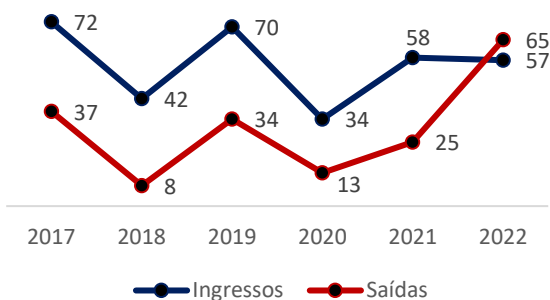


Gráfico 16 - Ingressos vs. Saídas de Oficiais em RC.

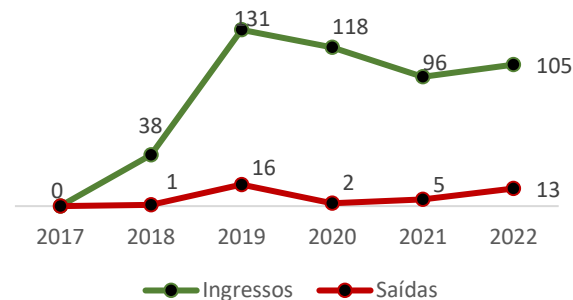


Gráfico 17 - Ingressos vs. Saídas de Sargentos em RC.

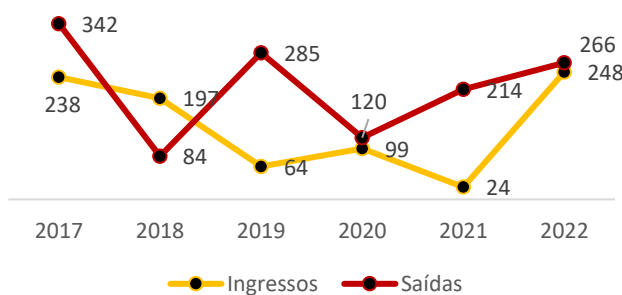


Gráfico 18 - Ingressos vs. Saídas de Praças.

A proposta de admissões de militares para o RC/RCE em 2022 foi submetida à aprovação do Ministério da Defesa Nacional em fevereiro de 2022, tendo sido exarada a respetiva autorização, através do Despacho do Ministro das Finanças e da Ministra da Defesa Nacional, de 19 de outubro. Por este motivo, os concursos para admissão foram condicionais até outubro, apresentando, para o RC, constrangimentos semelhantes aos anteriormente referidos para os QP.

O plano de incorporações de militares em RC para 2022, enviado para aprovação em fevereiro de 2022, com as alterações introduzidas em agosto, propunha a abertura de 877 vagas para as categorias de Oficiais, Sargentos e Praças, distribuídas por três incorporações, previstas respetivamente para março, maio e novembro de 2022.

A execução do plano de incorporações de militares em RC/RCE encontra-se refletida no gráfico 19, tendo-se verificado dificuldades no recrutamento de Praças, que implicaram o não preenchimento da totalidade das vagas colocadas a concurso. Particularmente na categoria de Praças verifica-se uma grande falta de competitividade da profissão militar, face ao mercado de trabalho civil.

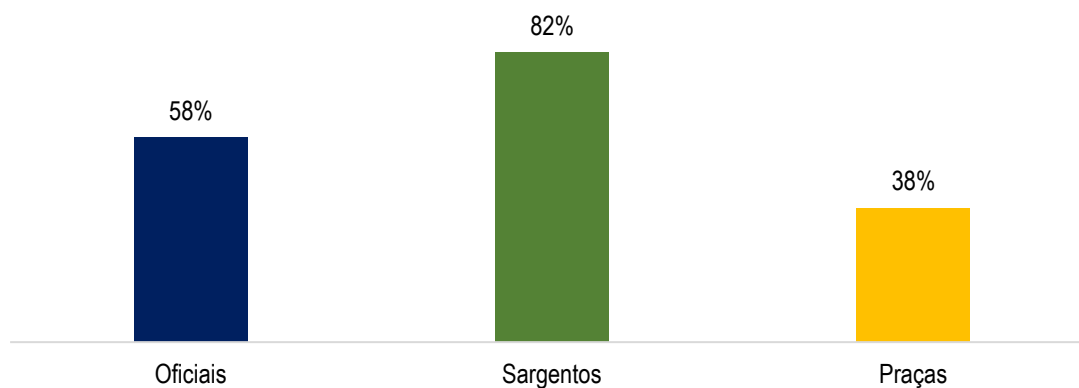


Gráfico 19 - Percentagem de preenchimento de vagas em 2022.

c) Pessoal Civil

A FA tem previsto um total de 1.594 trabalhadores na sua estrutura orgânica. O mapa de pessoal civil autorizou, para 2022, 910 civis. Da análise do gráfico 20, pode constatar-se que em 31DEZ22 exerciam funções na FA 722 trabalhadores civis, representando um défice de cerca de 872 trabalhadores face ao efetivo estrutural previsto e de 188 face ao efetivo autorizado. Em 2022 verificou-se um aumento no número de trabalhadores civis em aproximadamente 1% face a 2021.

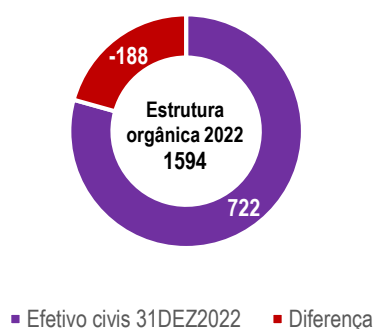


Gráfico 20 – Efetivo trabalhadores civis.

d) Quantitativo total dos Recursos Humanos da Força Aérea

Na tabela 8 apresenta-se a evolução do efetivo total da FA de 2015 a 2022, militares em todas as formas de prestação de serviço, incluindo em formação, e trabalhadores civis.

Categoria	Existências a 31DEZ							
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Oficiais QP, no ativo, na estrutura das FFAA	1281	1280	1285	1298	1251	1252	1237	1223
Sargentos QP, no ativo, na estrutura das FFAA	2404	2349	2315	2186	2047	2005	1879	1826
Oficiais RC (inclui militares fora das FFAA)	234	219	244	262	287	280	342	332
Sargentos RC (inclui militares fora das FFAA)	-	-	14	50	177	286	277	351
Praças (inclui militares fora das FFAA)	1372	1361	1191	1216	941	883	845	816
Subtotal (QP e RC nas FFAA)	5291	5209	5049	5012	4703	4706	4580	4548
Instruendos na AFA (Cadetes)	142	130	145	152	167	220	262	283
Militares em preparação p/ ingresso no RC	430	367	401	414	349	486	637	579
Militares do RC em preparação p/ ingresso QP	76	25	78	27	173	104	152	166
Subtotal (Formação)	648	522	624	593	689	810	1051	1028
Civis	846	702	686	725	730	718	716	722
Subtotal (QP, RC, Formação, civis)	6785	6433	6359	6330	6130	6234	6347	6298
Oficiais QP, no ativo, fora das FFAA	67	74	79	74	71	72	60	59
Sargentos QP, no ativo, fora das FFAA	85	84	82	80	73	62	60	59
Subtotal (Fora das FFAA)	152	158	161	154	144	134	120	118
Oficiais QP, na reserva, na efetividade	34	33	36	32	47	82	83	40
Oficiais QP, na reserva, fora da efetividade	304	290	234	204	201	175	181	228
Sargentos QP, na reserva, na efetividade	20	13	14	26	31	122	141	31
Sargentos QP, na reserva, fora da efetividade	448	423	331	360	425	445	479	621
Subtotal (na reserva)	806	759	615	622	704	824	884	920
Militares na estrutura das FFAA (QP, RC e na reserva na efetividade)	5345	5255	5099	5077	4781	4877	4804	4619
TOTAL Geral	7743	7350	7135	7106	6978	7192	7351	7336

Tabela 8 – Efetivos totais da FA, incluindo em formação.

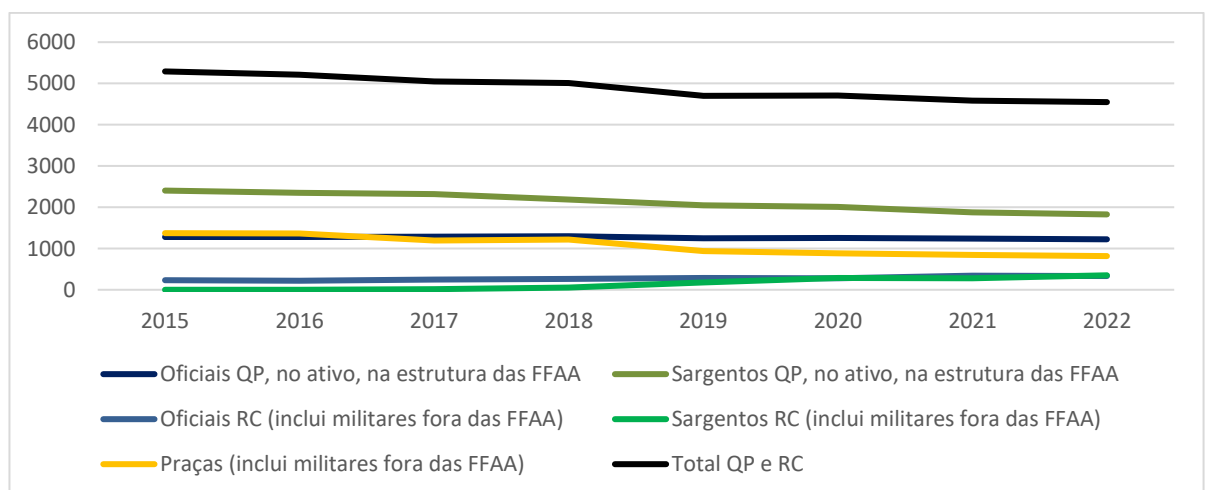


Gráfico 21– Efetivos militares da FA.

A FA continua a sofrer uma significativa redução no número de efetivos, com considerável impacto na missão, retenção e recrutamento. No período compreendido entre 2015 e 2019 verificou-se um aumento dos pedidos de abate ao quadro, nas categorias de Oficiais e Sargentos, um aumento na rescisão ou não renovação de contratos dos militares em RC e verificou-se uma redução no número de candidatos para ingressar na FA. A estas situações não é alheio o esforço adicional que é exigido aos militares nas fileiras para garantir o cumprimento da missão, incluindo em disfunção e acumulação de funções, à degradação dos vencimentos, atrasos nas autorizações para as admissões e promoções e ao aumento dos períodos de ausência das famílias, entre outros.

Da análise da evolução dos efetivos verifica-se, nos últimos oito anos, uma redução significativa na categoria de Praças (768). Fenómeno semelhante ocorre relativamente aos Sargentos dos Quadros Permanentes, que viram o seu efetivo reduzido em 578 militares, no período em análise.

Não obstante, no último ano, verificou-se um ligeiro aumento nos quantitativos do pessoal civil, decorrente da necessidade de pessoal especializado. A 31DEZ22 os valores totais dos efetivos apresentam uma ligeira redução, em comparação com o ano anterior, no entanto, se não forem consideradas as medidas excecionais no âmbito da COVID-19 em 2021, os números totais dos efetivos em 2022 teriam aumentado ligeiramente face a 2021. Ainda assim, existem sérias dificuldades em empregar assistentes operacionais de áreas mais técnicas e de mão-de-obra especializada. Os sucessivos pedidos de autorização à tutela para abertura de procedimentos concursais externos não têm tido resposta, limitando a Força Aérea aos concursos por mobilidade, com adesão limitada, especialmente naquelas vertentes técnicas.

O défice de efetivos civis da FA tem trazido relevantes constrangimentos associados, pese embora o grande altruísmo e dedicação manifestados pelos mesmos. A grande maioria dos civis encontra-se numa faixa etária muito elevada, resultado dos critérios de admissão impostos nos últimos anos, alguns com mais de quarenta anos de serviço efetivo e em grande parte pertencente às categorias de assistentes técnicos e operacionais. Por esta razão, o funcionamento de algumas Unidades da FA tem sido particularmente afetado, exigindo, entre outros, um esforço acrescido dos militares para efetuarem várias tarefas de apoio e de segurança. Esta falta de pessoal conduz também a uma considerável degradação na capacidade formativa da FA, inviabilizando o recrutamento de um maior número de cidadãos e o objetivo de, gradualmente, repor os militares em falta.

Por forma a assegurar o cumprimento da missão, por via de uma gestão eficiente de recursos humanos, continua a ser prioritário estabilizar as admissões para os QP, em especial na categoria de Sargentos, promover um significativo aumento de ingressos para o RC, com maior destaque na categoria de Praças e, por último, a gradual reposição do mapa de pessoal civil.

3. Recursos Financeiros

Os Objetivos e as Atividades constantes no PAA de 2022, serviram de base à proposta orçamental apresentada ao MDN, que fundamentou a atribuição do orçamento. Todos os Órgãos e os Serviços identificaram as ações com expressão orçamental a realizar, materializando as necessidades financeiras para suportar as várias atividades da FA.

Da aprovação do Orçamento do Estado de 2022, foram atribuídas à FA dotações orçamentais para o seu normal funcionamento e investimento que ascenderam a 396.827.591€. Sobre estas dotações, incidiram cativações e reservas legais no valor de 11.967.901€ e descativos no valor de 6.376.548€.

Os saldos transitados de 2021 da Lei de Programação Militar (LPM), Lei de Infraestruturas Militares (LIM) e projetos com financiamento da União Europeia (UE), ascenderam respetivamente a 97.230.804€, 1.604.457€ e 4.020.552€ (dos quais 3.685.615€ no âmbito da LPM), perfazendo o valor total de 102.855.814€.

No decorrer da execução orçamental foram processados reforços orçamentais e créditos especiais no montante de 106.277.000€, com a seguinte discriminação:

- Receitas de Impostos (RI): 22.759.973€, dos quais 9.171.170€ dizem respeito a despesas com pessoal, 8.944.716€ em reforços recebido do MDN, essencialmente para combustíveis e gás (8.566.152€) e 4.644.087€ por contrapartida do DECIR, onde 2.001.460€ correspondem a acerto do plafond inicial e 2.642.627€ a saldos de execução no final do ano;
- Transferências de Receitas Próprias (RP) entre Organismos: 550.971€ relativos a projetos e prémios de Defesa Nacional e ambiente, no âmbito da renovação energética e do programa de remoção do amianto;
- LPM: reforços e créditos especiais no valor de 57.140.021€;
- Reforços e créditos especiais no valor de 25.602.256€ para as Forças Nacionais Destacadas (FND) e 223.779€ no âmbito de recebimentos para projetos cofinanciados pela União Europeia, dos quais 78.840€ respeitantes a Projetos LPM.

As anulações orçamentais ascenderam a um montante total de 2.135.951€, dos quais 2.010.951€ no orçamento de RI são referentes a: anulações em rubricas de pessoal no âmbito do princípio do utilizador pagador (1.431.747€) e reafectação orçamental para o orçamento afeto às transferências das Esquadras de Voo 101 e 552 (579.204€). Os restantes 125.000€ são referentes à anulação no Ex-PIDDAC, em cumprimento de um despacho da Secretária de Estado do Orçamento (SEO), para reforço de combustíveis e gás no orçamento de funcionamento.

Assim, as dotações finais para financiamento do normal funcionamento e investimento da FA ascenderam ao valor de 598.233.101€.

Decorrente da reforma do modelo de gestão dos meios aéreos que integram o DECIR, que confiou à FA o comando e gestão centralizada dos meios aéreos de combate a incêndios rurais, foram atribuídas dotações orçamentais no Orçamento de Estado no valor de 67.754.283€, com um valor cativo inicial de 9.738.538€, posteriormente anulado. No início da vigência do Orçamento do Estado de 2023 foi efetuada uma transferência orçamental de 2.001.460€ para funcionamento da FA, corrigindo assim o orçamento inicial em linha com o plafond atribuído pela Tutela, uma vez que este já contemplava todas as necessidades no âmbito do DECIR. Para além desta transferência, foi ainda efetuado outro reforço do orçamento de funcionamento da FA por conta dos saldos apurados na execução no final do ano, no montante de 2.642.627€, tendo sido afetadas à sustentação de aeronaves.

Ainda no âmbito do DECIR, no que respeita à aquisição dos meios próprios do Estado, conforme previsto na RCM n.º 27/2021, de 22 de março, estão inscritos em fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) o valor de 16.300.000€ (inclui o IVA classificado em RP conforme instruções do Ministério das Finanças) e 10.000.000€ em transferências de RI entre organismos, a financiar pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF). Este orçamento foi também alvo de cativos no valor de 4.596.443€. Deste modo, as dotações finais do DECIR ascenderam a 84.813.753€.

No orçamento para financiar a transferência das Esquadras de Voo 101 e 552, conforme previsto na RCM 94/2019, de 12 de junho, existiram dotações iniciais no valor de 6.550.000€, também estas a financiar pela DGTF, sujeitas a cativações no montante de 818.750€. À falta do financiamento por parte da DGTF, houve a necessidade de reforçar este orçamento, no montante de 579.204€, por via do orçamento de funcionamento da FA, perfazendo dotações no montante de 6.310.454€. Desta forma, as dotações orçamentais corrigidas finais totalizaram 689.357.308€, conforme discriminado na Tabela 9.

Fontes de Financiamento	Dotação Inicial *	Cativos / Reserv. Leg.	Descativos	Transição de saldos	Reforços / Créd. Esp.	Anulações	Dotação disponível
RI - Receitas de Impostos	257.020.060	-6.251.548	6.251.548	0	22.759.973	-2.010.951	277.769.082
RP - Receitas Próprias	44.319.919	-5.591.353					38.728.566
Transferências de Receita Própria entre Organismos					550.971		550.971
LPM - Lei de Programação Militar	88.593.000			97.230.804	57.140.021		242.963.825
Ex-PIDDAC - Programa de Inv. e Desp. de Desenvolvimento da Adm. Central	1.000.000	-125.000	125.000			-125.000	875.000
LIM - Lei das Infraestruturas Militares	5.601.746			1.604.457			7.206.203
FND - Forças Nacionais Destacadas					25.602.256		25.602.256
Projetos UE – LPM	264.040			3.685.615	78.840		4.028.495
Projetos UE – outros	28.826			334.937	144.939		508.702
Subtotal FA ...	396.827.591	-11.967.901	6.376.548	102.855.814	106.277.000	-2.135.951	598.233.101
DECIR - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais	67.754.283	-9.738.538	9.738.538			-4.644.087	63.110.196
DECIR - Meios Próprios	26.300.000	-4.596.443					21.703.557
Transferência Esq.de Voo 101 e 552	6.550.000	-818.750			579.204		6.310.454
TOTAL ...	497.431.874	-27.121.632	16.115.086	102.855.814	106.856.204	-6.780.038	689.357.308

* Na dotação inicial é tido em conta o Orçamento do Estado aprovado para 2022 e não o Orçamento do Estado transitório

Tabela 9 - Orçamento da FA de 2022 (valores em Euros).

Devido ao orçamento de estado de 2022 não ter sido aprovado em 2021, o exercício económico de 2022 iniciou com o orçamento transitório, o que implicou iniciar a execução orçamental com orçamento igual ao aprovado em 2021. Consequentemente, as dificuldades sentidas na execução orçamental em 2021, voltaram a existir em 2022, repetindo-se um cenário de cativos superior ao normal no início do ano, tendo ocorrido posteriormente descativações que anularam a condicionante de cativos superiores ao legalmente previsto.

Tal como nos anos anteriores, a FA mostrou-se significativamente condicionada na sua atividade por força de um contexto orçamental complexo e restritivo. No que respeita ao orçamento de RP, a execução orçamental foi igualmente condicionada, pelo ritmo de arrecadação de receita, enquanto que na execução do orçamento de RI, sentiram-se fortes condicionamentos da execução devido a sucessivos cortes nas atribuições mensais de fundos disponíveis entre março a agosto, inclusive, e pela falta de resposta do Ministério das Finanças ao pedido de antecipação temporário de fundos disponíveis, efetuado em março de 2022. O corte de fundos disponíveis mais elevado ocorreu no mês de julho e ascendeu a 9.946.258€.

No decorrer do mês de julho, devido à aprovação do Orçamento de Estado de 2022, a execução orçamental passou a reger-se pelo orçamento aprovado para esse ano, aplicando-se os cativos legais de acordo com o expectável em RI, RP e no PIDDAC.

Apesar dos constrangimentos verificados, a receita própria cobrada aproximou-se das dotações disponíveis deduzidas dos cativos e no orçamento de RI, a partir de setembro não se registaram cortes nos fundos disponíveis.

Outro constrangimento foi a aprovação tardia da transição de saldos da LPM referente à componente com origem em RI, esta só foi autorizado pela Direção-Geral do Orçamento no final de setembro e ascendeu a 61.110.250€.

Neste cenário, a execução orçamental foi irregular, no entanto e apesar disso, no final de 2022 a taxa de execução bruta cifrou-se em 83,38%, correspondente a uma despesa total de 498.781.927€ para a atividade da FA, 69.003.245€ para o DECIR e 579.203€ para a transferência das Esquadras de Voo 101 e 552, a que corresponde o valor global de 568.364.375€, conforme evidenciado na Tabela 10.

Fontes de Financiamento	Dotação	Execução	Saldo	% Execução
RI - Receitas de Impostos	277.769.082	277.493.134	275.948	99,90%
RP - Receitas Próprias	38.728.566	35.153.229	3.575.337	90,77%
Transferências de Receita Própria entre Organismos	550.971	454.095	96.876	82,42%
LPM	242.963.825	157.717.588	85.246.237	64,91%
Ex-PIDDAC	875.000	875.000	0	100,00%
LIM	7.206.203	1.515.272	5.690.931	21,03%
FND	25.602.256	25.397.430	204.826	99,20%
Projetos UE – LPM	4.028.495	0	4.028.495	0,00%
Projetos UE – outros	508.702	176.178	332.524	34,63%
Subtotal FA ...	598.233.101	498.781.927	99.451.174	83,38%
DECIR	63.110.196	62.866.741	243.455	99,61%
DECIR – Meios Próprios	21.703.557	6.136.504	15.567.053	28,27%
Transferência das Esquadras de Voo 101 e 552	6.310.454	579.203	5.731.251	9,18%
Total	689.357.308	568.364.375	120.992.933	82,45%

Tabela 10 - Execução Orçamental Bruta em 2022 (valores em Euros).

Os dados apresentados na Tabela 10 refletem a execução e os saldos face às dotações orçamentais existentes nos orçamentos da FA, do DECIR e da transferência das Esquadras de Voo 101 e 552 conforme Tabela 9, incorporando alguns aspetos que face ao grau de execução apresentado importa salientar.

O saldo em RI incorpora 262.256€ relativos a verbas de despesas com o pessoal e, deste modo, dos 275.948€ apenas 13.692€ correspondem a verbas efetivamente não executadas em bens, serviços e investimento,

No que diz respeito ao orçamento de RP, a receita cobrada ascendeu a 35.178.385€, pelo que, o saldo efetivamente não executado foi de 25.156€, a que corresponde uma taxa de execução líquida de 99,93%.

Relativamente à LPM, o orçamento corrigido, no montante de 242.963.825€ é a dotação disponível para execução, sendo o saldo efetivo no valor de 85.246.237€, a que corresponde uma taxa de execução de 64,91%. Estes saldos correspondem ao montante a incluir no pedido de transição de saldos. Transitam ainda, embora na posse do Serviço e, portanto, não incluídos no saldo indicado, um montante de 23.771.640€.

Na LIM, apesar de existir dotação no valor de 7.206.203€, apenas foram financiados 3.437.257€, pelo que, a taxa de execução real é de 44,08%. O saldo líquido no montante de 1.921.985€, será considerado em pedido de transição de saldos, já que diz respeito a orçamento de receita na posse do Tesouro.

Quanto ao orçamento do DECIR, tendo em consideração as anulações a favor do orçamento de funcionamento da FA, como anteriormente referido, as dotações disponíveis para execução ascenderam a 63.110.196€. O saldo é de 243.455€ que correspondente uma taxa de execução líquida de 99,61%.

O orçamento para financiar a transferência das Esquadras de Voo 101 e 552, com uma dotação inicial de 6.550.000€, estava dependente de transferência pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, o que não veio a ocorrer. Desta forma, o orçamento disponível resumiu-se ao reforço por compensação do orçamento de funcionamento, ou seja, 579.203€ para fazer face à execução no mesmo montante. Deste modo, a taxa de execução líquida corresponde a 100%.

Desta forma, excluindo os montantes de dotações não financiados por falta de receita nos orçamentos de RP, da LIM e dos projetos da União Europeia, a taxa de execução orçamental da FA fixa-se nos 84,41%.

Fazendo uma análise global e considerando o financiamento para o DECIR e para a transferência das Esquadras de Voo 101 e 552, cujas dotações também não foram inteiramente financiadas, a taxa de execução baixa para 82,45% em termos brutos e sobe para 86,02% se forem considerados os valores líquidos. No entanto, importa realçar que no final de 2022 não se verificaram cortes de fundos disponíveis, razão pela qual as percentagens de execução ajustadas ao corte de fundos disponíveis são iguais às de execução líquida. A Tabela 11 mostra a execução orçamental líquida.

Fontes de Financiamento	Dotação	Execução	Saldo	% Execução	% Execução ajustada corte FD
RI - Receitas de Impostos	277.769.082	277.493.134	275.948	99,90%	99,90%
RP - Receitas Próprias	35.178.385	35.153.229	25.156	99,93%	99,93%
Transferências de Receita Própria entre Organismos	550.971	454.095	96.876	82,42%	82,42%
LPM	242.963.825	157.717.588	85.246.237	64,91%	64,91%
Ex-PIDDAC	875.000	875.000	0	100,00%	100,00%
LIM	3.437.257	1.515.272	1.921.985	44,08%	44,08%
FND	25.602.256	25.397.430	204.826	99,20%	99,20%
Projetos UE – LPM	4.028.495	0	4.028.495	0,00%	0,00%
Projetos UE – outros	484.076	176.178	307.898	36,39%	36,39%
Subtotal FA ...	590.889.347	498.781.927	92.107.421	84,41%	84,41%
DECIR	63.110.196	62.866.741	243.455	99,61%	99,61%
DECIR – Meios Próprios	6.136.504	6.136.504	0	100,00%	100,00%
Transferência das Esquadras de Voo 101 e 552	579.203	579.203	0	100,00%	100,00%
Total	660.715.251	568.364.375	92.350.876	86,02%	86,02%

Tabela 11-Execução Orçamental Líquida em 2022 (valores em Euros).

Conforme referido no Capítulo II, a estratégia da FA assenta na articulação entre todos os elementos do processo de planeamento e gestão de atividades, nomeadamente a definição de objetivos de nível estratégico e operacional. A Diretiva de Planeamento Estratégico 2019-2022 identificou ainda o conjunto de atividades que concorrem para a concretização de cada OB. As Atividades desagregam-se depois em Ações e Elementos de Ação, tendo estes últimos, em muitos casos, expressão orçamental.

Desta forma, é possível apresentar a expressão orçamental de cada OB, Atividade, Ação ou Elemento de Ação que compõe o PAA, quer em termos de planeamento, quer em termos da execução alcançada, conforme se pretende com este RAA.

Na Tabela 12 está discriminada a execução por OB, tanto para o orçamento de funcionamento e investimento da FA (incluindo RI, RP, LPM, PIDDAC, LIM, FND e projetos cofinanciados), como para os orçamentos do DECIR e da transferência das Esquadras de Voo 101 e 552.

Os quatro objetivos mais representativos em termos financeiros, por ordem decrescente, são o OB11, onde estão enquadradas, nomeadamente, as despesas com o pessoal; o OB7 que está associado à edificação das capacidades militares; o OB1, no âmbito das despesas afetas, principalmente, à sustentação dos SA e o OB3 com todas as despesas associadas à sustentação logística da operação do ramo.

No que diz respeito ao DECIR, a execução orçamental concentra-se maioritariamente no OB1, onde são enquadradas as despesas afetas à gestão dos fogos rurais e à operação dos SA e no OB7 que reflete a execução já existente no âmbito da aquisição dos meios próprios do DECIR.

Por último, a atividade relativa à transferência das Esquadras de Voo 101 e 552 concentra-se no OB3, já que esta está associada às empreitadas necessárias para se executar o ajustamento do dispositivo da FA.

A execução do PAA2022 pode ser analisada com maior detalhe na Tabela C-1, em anexo, onde se apresenta a execução de cada uma das atividades inseridas em cada OB.

Objetivo Operacional (OB)	Orçamento executado 2022 (Euros)		
	FA	DECIR	Transferência das esq ^{as} de voo 101 e 552
OB1 - REFORÇAR Capacidade de Resposta Imediata e Flexível	48.474.455	62.678.012	0
OB2 - POTENCIAR A Gestão Eficiente dos Recursos Humanos	678.907	58.087	0
OB3 - GARANTIR Logística Robusta e Dinâmica	38.600.733	129.072	579.203
OB4 - VALORIZAR O Ensino e Formação de Qualidade, Investigação de Excelência	3.785.440	1.570	0
OB5 - INVESTIR Em Métodos de Trabalho e Processos Inovadores	22.205	0	0
OB6 - FOMENTAR Cultura de Segurança	780.166	0	0
OB7 - CONSOLIDAR Meios e Capacidades Modernos	159.109.867	6.136.504	0
OB8 - INCREMENTAR Fontes de Financiamento Diversificadas	25.583.186	0	0
OB9 - ESTIMULAR Uma Política Ambiental Sustentável	265.547	0	0
OB10 - IMPLEMENTAR Comunicação Estratégica Eficaz	399.079	0	0
OB11 - OTIMIZAR Gestão com uma Organização Adaptativa suportada em SI atuais e resilientes	221.082.341	0	0
Subtotal ...	498.781.927	69.003.245	579.203
TOTAL ...			568.364.375

Tabela 12 - Orçamento executado em 2022 por OB.

Os dados apresentados na Tabela 13 refletem a realidade orçamental da FA no último triénio (2019 - 2021), excluindo DECIR e transferência das Esquadras de Voo 101 e 552, apresentando os orçamentos iniciais, orçamentos corrigidos (cativos/descativos e reservas legais, transições de saldos, reforços e anulações e créditos especiais), os orçamentos que a FA teve efetivamente disponíveis e os montantes executados.

Ano	Orçamento Inicial (€)	Orçamento Corrigido (€)	Dotação Disponível (€)	Montante Executado (€)	Grau de Execução
2020	390.156.884	460.494.150	446.972.598	406.744.238	91,00%
2021	411.136.589	546.087.712	542.089.207	486.980.369	89,83%
2022	396.827.591	598.233.101	590.889.347	498.781.927	84,41%

Tabela 13 - Execução Orçamental global do último triénio (excluindo DECIR e transferência das Esq^{as} de voo 101 e 552).

Os dados apresentados na Tabela 14, apresentam a distribuição da execução nas componentes de pessoal e de operação e funcionamento, no orçamento de RI. Na tabela 16 é considerado, adicionalmente, o orçamento de RP.

Ano	Pessoal		Operação e Funcionamento	
2020	209.144.302	82,71%	43.731.718	17,29%
2021	215.044.838	81,76%	47.984.470	18,24%
2022	221.498.687	79,82%	55.994.447	20,18%

Tabela 14 - Distribuição dos agregados de despesa de pessoal e de operação e funcionamento, no orçamento de RI, no último triénio.

Continua a ser evidente a elevada dimensão das despesas com o pessoal quando comparadas com as despesas com operação e funcionamento, além da importância das RP no âmbito do financiamento dos encargos com operação e funcionamento.

Ano	Pessoal		Operação e Funcionamento	
2020	209.488.758	73,89%	74.018.084	26,11%
2021	215.615.731	72,01%	83.801.901	27,99%
2022	221.985.117	71,00%	90.661.246	29,00%

Tabela 15 - Distribuição dos agregados de despesa de pessoal e de operação e funcionamento, no orçamento de RI e orçamento de RP, no último triénio.

O ano de 2022, tal como os anos anteriores, foi alvo de um elevado grau de incerteza e instabilidade que, aliado ao reiterado ambiente orçamental altamente restritivo, impôs a necessidade de avaliação permanente de prioridades. Embora em 2022 o impacto da pandemia COVID-19 tenha sido muito mais reduzido no que diz respeito à prevenção, contenção, mitigação e tratamento da doença do que nos dois anos anteriores, o início da Guerra na Ucrânia em fevereiro de 2022 veio agravar a inflação que já se começava a sentir, trazendo alterações expressivas e imprevisíveis no

preço de alguns bens e serviços essenciais ao funcionamento da FA, onde se destaca o combustível operacional.

Constata-se que o orçamento executado pela FA foi substancialmente inferior à proposta orçamental apresentada ao MDN. Além disso, a execução orçamental foi fortemente limitada por mecanismos legais, nomeadamente através de cortes nas atribuições mensais de fundos disponíveis face aos fundos disponíveis naturais, embora, sem corte efetivo no final do ano, e pela aprovação tardia dos saldos referentes à LPM.

IV. Edificação de Capacidades

A FA, através dos processos de investimento e modernização em curso, evoluiu no sentido de ser capaz de apresentar opções de resposta para decisão política que sejam diversificadas e adaptadas à realidade geoestratégica nacional. Estas opções são concretizadas em capacidades modernas e credíveis, que cumpram os requisitos de operacionalidade e interoperabilidade para uma efetiva interação com os outros ramos das Forças Armadas, com os nossos Aliados e Estados amigos e com as Forças e Serviços de Segurança.

Através de um processo de reformulação dos documentos estratégicos militares, foram aprovados em 2014, o Conceito Estratégico Militar, as Missões das Forças Armadas, o Sistema de Forças e o Dispositivo de Forças. Nesse ano iniciaram-se igualmente os trabalhos de revisão das Leis de Programação que regulam o investimento na edificação de capacidades militares, que foram aprovadas em 2015 com a entrada em vigor em 18 de maio das Leis Orgânicas n.º 6/2015 (Lei das Infraestruturas Militares – LIM) e n.º 7/2015 (Lei de Programação Militar – LPM).

Tal como previsto nas Leis Orgânicas referidas, a sua revisão ocorreu em 2018, produzindo efeitos em 2019 com a publicação da LPM (Lei Orgânica n.º 2/2019) e da LIM (Lei Orgânica n.º 3/2019).

1. Lei de Programação Militar

No que aos recursos materiais diz respeito, e em complemento ao mencionado no capítulo anterior, foi identificada a necessidade de prosseguir com a modernização dos SA atuais, enquanto se equaciona a substituição das frotas cuja vida útil se encontra perto do fim. Não obstante, importa garantir a sustentação dos SA, sob pena de se ver comprometido o grau de edificação conforme definido no Sistema de Forças.

As verbas destinadas à FA em 2022, para a edificação de capacidades, aquisição e modernização de equipamentos, foram provenientes da LPM, prosseguindo-se o esforço de investimento, com o intuito de incrementar a sua eficácia operacional.

De forma global, o planeamento da FA inscrito em sede da LPM para 2022 foi executado através da contínua edificação das seguintes capacidades:

(CA1) Comando e Controlo Aéreo. Tem por objetivo:

- Potenciar a capacidade de C2 na estrutura do Comando Aéreo – na forma, no tempo e no local adequado – que permita a utilização, a operação e a exploração dos seus meios, implementando e mantendo um sistema de C2 aéreo permanente (24/7) cobrindo todo o espaço de soberania e sob responsabilidade e jurisdição nacional, assegurando conectividade para operações conjuntas e/ou combinadas e com a NATO e a UE;

- Dotar a FA com Sistemas de Comunicações e de Informação interoperáveis e com capacidade de interação em rede (incluindo *Network Centric Warfare*), assegurando a ligação entre as redes CIS da FA, as estruturas congéneres nacionais e das organizações de defesa e de segurança que Portugal integra.

(CA2) Vigilância, Detecção, Identificação e Intervenção no Espaço Aéreo. Tem por objetivo:

- Implementar e manter um sistema de vigilância, deteção e identificação permanente (24/7), abrangendo na máxima extensão possível o EEINP, devidamente articulado com o sistema integrado de defesa aérea da NATO e com meios de interceção *quick reaction alert-interceptor*;
- Garantir a deteção e identificação, seguindo os movimentos de aeronaves e mísseis, quer amigos quer de potenciais adversários, através da observação permanente do espaço aéreo por meios eletrónicos;
- Informar, controlar e apoiar o tráfego aéreo militar e civil no espaço aéreo sob responsabilidade nacional, garantindo a sua segurança e um fluxo ordenado e expedito.

(CA3) Luta Aérea Ofensiva e Defensiva. Tem por objetivo manter em permanente prontidão nacional e atribuição à NATO e à UE, uma força de aeronaves de combate dedicados a luta aérea, incluindo policiamento aéreo, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar aéreo do inimigo, através de ações de luta aérea e ainda, a sua projeção e sustentação de operações a nível nacional ou internacional.

(CA4) Luta Ar-Solo/Superfície. Tem por objetivo manter em permanente prontidão nacional e atribuição à NATO e à UE uma força composta com aeronaves de combate para luta ar-solo/superfície, com a finalidade de neutralizar e retardar o potencial militar do inimigo, quer através de ações de interdição aérea ou apoio aéreo próximo às forças terrestres, quer em operações aéreas conduzidas em ambiente aeronaval, visando detetar, vigiar, neutralizar e destruir o poder naval adversário e ainda, a projeção e sustentação de operações a nível nacional ou internacional.

(CA5) Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo. Tem por objetivo:

- Implementar e manter um sistema de VRP integrado, orientado para o espaço de soberania e de responsabilidade e jurisdição nacional e empregar sistemática e persistentemente, nestas áreas, meios aéreos de VRP, mantendo em permanente prontidão e atribuição à NATO e à UE, meios aéreos dedicados a *joint intelligence, surveillance and reconnaissance* e a patrulhamento marítimo, com capacidade de projeção e de sustentação de operações a nível nacional e internacional;

- Recolher e disseminar dados em tempo real e obter informações, sobre a situação e movimentos do adversário ou potencial adversário, contribuindo, simultaneamente, para a satisfação das necessidades operacionais das outras componentes do Sistema de Forças;
- Assegurar, no EEINP, a vigilância e o controlo da poluição no mar, do contrabando aduaneiro, do tráfico de estupefacientes e da imigração ilegal, bem como a fiscalização das atividades de pesca na Zona Económica Exclusiva;
- Realizar operações aéreas em apoio à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil no âmbito da vigilância, deteção e assistência no combate aos incêndios, com o recurso a equipamentos de vigilância específicos;
- Efetuar operações aéreas de reconhecimento fotográfico e geofísico com o objetivo de colaborar com as entidades civis e militares no levantamento cartográfico do Território Nacional, na pesquisa e registo de recursos naturais e, genericamente, na satisfação e melhoria da qualidade de vida das populações.

(CA6) Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial. Tem por objetivo:

- Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo estratégico preparados para desenvolver operações em qualquer região do globo, garantindo a mobilidade que permita a projeção de conjuntos modulares de forças, incluindo a sua sustentação, movimentação e evacuação;
- Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo tático preparados para atuar em teatros de operações no EEINP e no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural (EEINC), assegurando a mobilidade, através de transporte aéreo intrateatro, permitindo às forças serem projetadas, sustentadas, movimentadas ou evacuadas;
- Garantir a evacuação de cidadãos nacionais de áreas de crise ou conflito;
- Apoiar com meios aéreos as forças de operações especiais;
- Manter, em estado de prontidão permanente, meios de transporte aéreo especial preparados para atuar no EEINP e no EEINC, destinados ao transporte de altas entidades do Estado, evacuações sanitárias, transporte de órgãos humanos, evacuação de zonas onde ocorram catástrofes naturais, apoio às Forças e Serviços de Segurança, apoio a missões de proteção civil, apoio ao combate a fogos e outras de interesse público que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações.

(CA7) Busca e Salvamento. Tem por objetivo manter em elevado estado de prontidão permanente (24/7), meios de busca e salvamento preparados para atuar no EEINP. No âmbito das necessidades nacionais e em cumprimento dos compromissos internacionais assumidos,

empregar meios aéreos com equipas de salvamento e equipamentos especializados, em missões de busca e salvamento aéreo, marítimo e terrestre.

(CA8) Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força. Tem por objetivo:

- Manter os equipamentos e um sistema de apoio à projeção das forças e ao seu emprego operacional, projetar as forças de proteção próxima e assegurar as condições de sustentabilidade, no âmbito da logística de operações;
- Projetar um destacamento aéreo modular, para execução de operações conjuntas e combinadas;
- Garantir a proteção ativa e passiva das forças destacadas, seja em ambientes convencionais, seja em ambientes nucleares, biológicos, químicos e radiológicos.

(CA9) Instrução de Pilotagem e de Navegação Aérea. Tem por objetivo:

- Assegurar a formação inicial de pilotos e de navegadores, desde a seleção até à qualificação em pessoal navegante permanente;
- Assegurar a formação avançada para pilotos de aeronaves de combate;
- Assegurar a formação especializada em helicópteros.

(CA10) Apoio ao Desenvolvimento e Bem-estar e (CA11) Cooperação e Assistência Militar. Estas duas capacidades são materializadas por meios elencados nas outras capacidades do Sistema de Forças. Visam a disponibilização de um conjunto de valências adaptadas às necessidades de apoio ao desenvolvimento e bem-estar em proveito das populações, assim como a condução e participação de atividades relacionadas com o desenvolvimento económico, científico e cultural do País, a melhoria da qualidade de vida dos portugueses e ainda a cooperação e assistência militar, incluindo a cooperação técnico-militar com a comunidade de países de língua portuguesa.

(CA12) Reservas de Guerra. Tem por objetivo:

- Garantir a disponibilidade de armamento, equipamento e munições para os SA da FA e para o emprego operacional sustentado dos meios e das forças nas diversas capacidades inerentes ao combate, vigilância, busca e salvamento;
- Assegurar as reservas de armamento necessárias para cumprir com as missões de combate dos meios aéreos, com base nos padrões da NATO.

A dotação inicial da LPM em 2022 para a FA, para execução dos diversos projetos e subprojectos inscritos nas Capacidades, era de 98.271.000€⁸. Esta dotação inicial sofreu incrementos ao longo do ano de 2022, destacando-se:

- A transição de 100.916.419,22 € dos saldos de 2021, de acordo com os despachos de S. Ex^a a Ministra da Defesa Nacional, de 19 de abril (39.806.169€) e do Sr. Secretário Geral do Ministério da Defesa Nacional 7 de outubro de 2022 (61.110.250).
- A receita de 30.000.000 € proveniente do programa de alienação de cinco aeronaves F-16M à Roménia;
- O orçamento foi ainda reforçado com dotações provenientes da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, relativas aos projetos Sustentação KC-390 (15.539.337€), EH-101 – Sustentação (27.794.500€) e Projetos Cooperativos – MHTC (3.531.000€), assim como por via de processos de restituição de IVA (10.275.182€). Foram recebidos também 342.880€ de Fundos Europeus no âmbito do Programa SESAR. Verificou-se igualmente uma redução de 9.678.000€ por via da entrada em vigor do Orçamento do Estado de 2022, uma vez que o montante previsto na LPM para 2022 era de 58.593.000€. Neste sentido, as alterações orçamentais totalizaram 47.804.899€;

Em 2022, a dotação final corrigida da LPM cifrou-se nos 246.992.318,55 €, com a qual se executaram compromissos assumidos e referentes, exclusivamente, a programas em curso, cumprindo os pagamentos contratualizados.

A programação financeira das Capacidades foi concretizada conforme discriminado na Tabela 16, onde se detalham as dotações, alterações orçamentais e respetiva execução, no ano de 2022.

Capacidades	Transição de Saldos	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de Execução (%)
CA01	5.314.441,00	800.000,00	1.030.080,00	7.144.521,00	3.465.731,82	49%
CA02	181.800,00	20.000,00	674.600,00	876.400,00	162.569,01	19%
CA03	32.659.139,45	41.750.000,00	4.780.775,27	79.189.914,72	47.989.694,47	61%
CA05	3.639.102,00	3.000.000,00	2.145.000,00	8.784.102,00	5.458.473,49	62%
CA06	21.538.376,77	14.023.000,00	23.345.879,00	58.907.255,77	35.610.995,77	60%
CA07	14.604.017,00	11.698.000,00	25.847.273,06	52.149.290,06	32.892.968,64	63%
CA08	16.980.000,00	16.980.000,00	-7.630.000,00	26.330.000,00	190.639,02	1%
CA09	4.611.070,00	6.000.000,00	-1.966.303,00	8.644.767,00	3.557.627,79	41%
CA10	143.180,00	0,00	35.945,00	179.125,00	25.872,91	14%
CA12	1.245.293,00	4.000.000,00	-458.350,00	4.786.943,00	4.526.389,94	95%
Total	100.916.419,22	98.271.000,00	47.804.899,33	246.992.318,55	133.880.962,86	54%

Tabela 16 - Execução financeira da LPM por Capacidade em 2022.

⁸ Atento o preconizado no Decreto-Lei n.º 126-C/2021, de 31 de dezembro (aprova o regime transitório de execução orçamental), cfr. n.º 1 do artigo 2.º, assim como as orientações emanadas pelo Núcleo de Acompanhamento da Execução da LPM (NAELPM), o montante inscrito como Dotação Inicial está conforme as dotações previstas em 2021 para a LPM, sendo que a coluna Alterações Orçamentais, reflete as alterações efetuadas e necessárias para ajustar as dotações à programação financeira constante na LPM para 2022, permitindo igualmente o alinhamento com o previsto em sede de Lei do Orçamento do Estado para 2022.

Da análise da Tabela 16, constata-se que as atividades desenvolvidas pelos vários intervenientes no processo de planeamento, execução e controlo dos diversos projetos que integram as Capacidades inscritas na LPM, se traduziram financeiramente num montante executado de 133.880.962,86 €⁹, correspondente a uma execução de 54%. A execução da LPM em 2022 foi influenciada pelos seguintes constrangimentos:

- CA01 – O atraso na execução do projeto do ARS Monsanto, bem como da implementação do Programa ACCS, decorre do processo negocial dos termos e condições de uma *Task Order* de *close-out* do Contrato ARS MS, com impacto na respetiva execução financeira;
- CA02 – A baixa execução desta Capacidade advém da tramitação de procedimentos contratuais em curso no âmbito do Subprojeto “*Shelters* dos Radares do Continente”;
- CA03 – No Projeto de regeneração de motores de F-16M, verificou-se a necessidade de proceder ao reescalonamento dos encargos plurianuais assumidos, devido a atrasos nos fornecimentos do material contratualizado. Em relação ao Projeto F-16M, a execução decorreu de acordo com o planeado para 2022;
- CA03 – No âmbito do Programa de alienação de cinco F-16M à Roménia, foi necessário o reescalonamento do mesmo, para acomodar atrasos maioritariamente relacionados com tempos de entrega de material muito elevados e a atualização das capacidades do SA F-16M que foram adiados para os anos de 2023 e subsequentes;
- CA05 – O Programa de Modificação dos Sistemas IFF e Link16 decorre de acordo com as etapas contratuais acordadas;
- CA06 – Os contratos de modernização dos SA Falcon 50 e C-130H sofreram atrasos no seu calendário por falta de identificação, pela entidade adjudicatária, da solução de engenharia mais adequada, o que implicou não terem sido atingidos *milestones* previstas no projeto em 2022, assim como adiou a execução financeira para 2023;
- CA07 – O contrato de sustentação dos motores do SA EH-101 está indexado ao RE. Devido à diminuição das horas de voo deste SA, o valor executado foi inferior ao planeado. Relativamente ao Projeto de sustentação do SA EH-101, os montantes não executados foram reescaloados para assegurar o cumprimento de processos plurianuais, nomeadamente a modernização/substituição do rotor de cauda;
- CA08 – O projeto dos Helicópteros de Apoio, Proteção e Evacuação (HAPE), por decisão do EMGFA, encontra-se em reavaliação, no âmbito do processo de revisão da LPM, não tendo tido execução;

⁹ O valor de execução apresentado encontra-se purgado do montante relativo ao processo de auto-pagamento, essencial para a transição dos saldos ocorridos em RI, que totalizou 23.836.625,49€ em 2022.

- CA09 – A baixa taxa de execução desta Capacidade prende-se com a necessidade de reavaliar os procedimentos contratuais a lançar no âmbito do Projeto “Projetos Cooperativos - MHTC”, uma vez que a dotação disponível se afigurou insuficiente tendo em conta o impacto do aumento do custo dos materiais e da mão-de-obra, e devido à reformulação no Subprojeto “Substituto *Chipmunk*”.

Como dificuldades transversais identificadas para a execução, destacam-se:

- a restrição nos montantes de fundos disponíveis atribuídos, que não permitiram a realização dos compromissos nos momentos devidos, levando ao adiamento das adjudicações dos procedimentos aquisitivos e, conseqüentemente, dos respetivos prazos de entrega;
- A morosidade na disponibilização das verbas relativas à transição dos saldos de 2021, cuja autorização final ocorreu tardiamente, em maio (39,806 milhões de euros (M€)) e em outubro (61,110 M€), implicando que muitos dos processos aquisitivos, iniciados com essas verbas, não se tenham concluído, motivando a inscrição e/ou o reescalamento do registo em SCEP¹⁰, transitando a sua execução para o ano económico de 2023;
- Entretanto, no seguimento do despacho n.º 22/SEDN/2022 de S. Ex^a o Secretário de Estado da Defesa Nacional de 21 de julho, foram propostas e autorizadas diversas medidas para otimizar a execução, no âmbito do mecanismo de gestão flexível da LPM, o que permitiu colmatar o atraso na disponibilização da transição de saldos, bem como o cumprimento dos contratos firmados, o que teve impacto na execução ainda em 2022;
- De modo a obter uma perspetiva integrada da execução da LPM na FA, foi identificado um indicador - Taxa de Execução Aferida – sendo este um rácio que apresenta no denominador a dotação disponível e no numerador a soma dos montantes executados (pagos) no ano, com os montantes relativos a processos aquisitivos inscritos em SCEP e sobre os quais não ocorreram pagamentos. Com este indicador pretende-se evidenciar o impacto na execução dos montantes alocados a procedimentos com dotação inscrita em SCEP, apesar de estes não evidenciarem execução financeira (pagamentos) no corrente ano. Considerando os processos plurianuais em curso no montante de 61,083 M€, a execução aferida da LPM na FA atingiu cerca de 194,964 M€, a que correspondem aproximadamente 79% da dotação corrigida.

¹⁰ SCEP – Inscrição de encargos plurianuais registados no Sistema Central de Encargos Plurianuais da Direção Geral do Orçamento

Na Tabela 17 é possível comparar o referido grau de execução de 2022 com os últimos anos. Assim, constata-se um elevado grau de execução orçamental até 2015, ocorrendo nos anos de 2016 e 2017 um decréscimo na taxa de execução, que ficou a dever-se essencialmente ao facto de a taxa de execução da Capacidade 03 ter ficado substancialmente aquém do previsto, motivado pelo atraso na modernização de aeronaves no subprojecto de alienação de F-16M à Roménia.

A partir desse período, as taxas de execução não apresentam uma tendência homogénea (subida em 2018 e 2019, descida em 2020 e 2021, ligeira recuperação em 2022), justificada de um modo geral, por força da disponibilização irregular de verbas previstas (de reforços e processos de transição de saldos), assim como pelas restrições verificadas ao nível de atribuição de Fundos Disponíveis, não menosprezando (com particular ênfase em 2020 e 2021), o impacto da pandemia SARS-CoV-2.

Ano	Dotação Corrigida (€)	Montante Executado (€)	Grau de Execução (%)
2012	52.405.292,00	45.406.991,00	86,65%
2013	28.961.941,00	26.031.668,00	89,88%
2014	62.338.786,00	58.073.058,20	93,16%
2015	73.277.810,67	66.680.793,39 (a)	91,00%
2016	58.649.985,75	33.848.713,48 (b)	57,71%
2017	72.973.797,00	41.995.369,02 (c)	57,55%
2018	102.416.211,59	68.108.076,03 (d)	66,50%
2019	112.536.822,71	80.695.540,21 (e)	71,71%
2020	140.884.319,65	88.863.195,32 (f)	63,08%
2021	217.233.355,17	115.874.388,66 (g)	53,34%
2022	246.992.318,55	133.880.962,86 (h)	54%

(a) De uma execução global de €71.905.571,14, procedeu-se à entrega de €5.224.777,75 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(b) De uma execução global de €37.357.964,18, procedeu-se à entrega de €3.509.250,70 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(c) De uma execução global de €51.686.798,75, procedeu-se à entrega de €9.691.429,73 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(d) De uma execução global de €74.285.440,56, procedeu-se à entrega de €6.177.364,53 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(e) De uma execução global de €92.163.510,64, procedeu-se à entrega de €11.467.970,43 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(f) De uma execução global de €103.662.954,59, procedeu-se à entrega de €14.799.759,27 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(g) De uma execução global de €163.977.109,23, procedeu-se à entrega de €48.102.720,57 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

(h) De uma execução global de €157.717.588,35, procedeu-se à entrega de €23.836.625,49 relativa a saldos a transitar, traduzindo-se na execução efetiva apresentada.

Tabela 17 - Análise Comparativa do Grau de Execução da LPM de 2012 a 2022.

Apesar da execução da LPM ocorrida em 2022, verifica-se uma concretização efetiva de diversos projetos e subprojectos inscritos na LPM tendentes a colmatar as lacunas existentes nas

Capacidades da FA. No entanto, merece relevo a dificuldade transversal à execução dos projetos, na sequência dos fatores exógenos acima mencionados. Assim, e conforme decorre do normativo da LPM, é especialmente importante que seja autorizada pela Tutela a transição anual dos saldos apurados da execução de 2022.

2. Lei das Infraestruturas Militares.

A LIM em vigor foi aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro, e estabelece a programação do investimento destinada à conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças. Estabelece ainda as disposições relativas à gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados aí obtidos nas medidas e projetos previstos.

O orçamento disponível da LIM para 2022 contemplou os saldos não executados do ano anterior (1.604.456,62 €) a que acresceu um reforço de verbas proveniente da DGRDN no montante de 1.832.800,00 €, totalizando 3.437.256,62 €.

A execução financeira ascendeu a 1.515.272,10 € (Tabela 18) o que corresponde a 44,08% do montante disponível, relativa aos seguintes projetos:

Projetos	Valor
BA5 - Substituição da Cobertura do Edifício da Esquadilha de Transportes	1.122,81€
BA11 - Beneficiação Exterior dos Edifícios Habitacionais de Sargentos	9.887,60€
BA11 - Beneficiação de Fachadas Exteriores do Bloco de Alojamentos de Sargentos	12.713,71€
BA11 - Beneficiação Interior do Edifício Habitacional de Sargentos	651.943,05€
BA11 - Beneficiação Interior do Edifício Habitacional de Sargentos	360.578,14€
BA11 - Substituição da Cobertura do Edifício 131-171	301.298,79€
BA11 - Melhoramento do Desempenho Energético do Edifício 131-106	177.728,00€
Total	1.515.272,10 €

Tabela 18 - Execução Financeira LIM 2022.

Considerando que os projetos referidos e financiados na LIM em 2022 se encontram em execução, estando garantido o registo da previsão de encargos no SCEP da Direção-Geral do Orçamento, é absolutamente fundamental garantir a transição do saldo não executado (1.921.984,52 €) para incorporar no orçamento de 2023, de modo a concluir os respetivos projetos.

V. Considerações Finais

Portugal, enquanto país soberano, deverá ser capaz de manter a influência e o controlo nos vários espaços do seu interesse, num exercício de afirmação das suas opções estratégicas. Para isso, deve gerar capacidades e ter condições para as empregar com oportunidade e credibilidade, assegurando graus de autonomia, independência e eficácia na tomada de decisão que promovam a sua liberdade de ação.

Estas condições contribuem para a afirmação da soberania e da autoridade do Estado através da presença, fiscalização e capacidade de intervenção no espaço aéreo nacional que, em conjunto com as missões de salvaguarda da vida humana, de apoio às populações e de defesa coletiva e segurança cooperativa, constituem as vertentes bem visíveis e fundamentais das atividades da FA.

É importante aferir os resultados obtidos nas atividades da FA, numa perspetiva de eficácia, eficiência e qualidade, demonstrando o valor da missão e a sua complexidade. A elaboração do RAA resultou, assim, de uma análise dos resultados dos vários órgãos da FA, consolidados numa perspetiva global e em observância dos OE definidos para 2022.

Convém destacar que as metas estabelecidas tiveram em consideração o emprego operacional planeado e os recursos disponíveis, pelo que não estão diretamente relacionadas com o nível de ambição operacional, o qual só será alcançável com maiores recursos humanos e financeiros que sejam atempadamente disponibilizados.

A análise macro aos resultados de 2022 revela que o grau de concretização dos OE ficou aquém do desejado. Para isso contribuiu o desempenho de alguns dos OB, com destaque para atividades relativas à operação, manutenção e sustentação de SA, execução da LPM e da LIM, consecução plena de uma política ambiental sustentável e gestão de recursos humanos. Uma análise mais detalhada das atividades permite avaliar o desempenho nas áreas fundamentais da atividade aérea, dos recursos humanos, dos recursos financeiros e da edificação das capacidades militares.

O financiamento do RE tem-se caracterizado por um teto orçamental abaixo do financiamento necessário, o que exige um esforço de canalização de verbas para o RE, como é o caso das verbas resultantes da alienação de aeronaves.

Um dos fatores que mais afeta a eficiência da gestão, centra-se no desencontro temporal entre o financiamento, especialmente se este ocorrer no término do ano, e as possibilidades de execução decorrentes da tramitação dos processos aquisitivos ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.

Outro aspeto que se assinala é a dependência da LPM para financiamento da sustentação dos SA. Pese embora os contratos de locação e de sustentação adotados na aquisição dos SA, como é o caso do EH101 e do C-295M, se encontrarem na LPM com um financiamento estável, configuram compromissos financeiros que limitam investimentos na modernização e edificação de capacidades mais urgentes, para a qual a LPM pretende dar resposta.

Relativamente aos resultados obtidos do produto operacional da FA, tem-se verificado uma tendência de decréscimo de HV realizadas, quando analisadas em série longa, influenciada por um baixo valor médio de aeronaves prontas. Não obstante ter-se constatado uma ligeira subida das HV realizadas no ano de 2022 face a 2021, a diminuição global ao longo dos anos revela que o potencial das aeronaves não está a ser regenerado ao ritmo exigido para a sustentabilidade da prontidão dos meios, o que provocará ainda um maior efeito indesejado no produto operacional, sobretudo na qualificação, treino e prontidão das tripulações.

Desta forma, o cumprimento global dos objetivos de número médio de aeronaves prontas, em 2022, ficou aquém do planeado, fixando-se ligeiramente acima dos 60% do previsto. Ainda assim, a prontidão de aeronaves foi obtida penalizando a gestão de algumas frotas (através da canibalização de equipamentos, de materiais e/ou utilização do seu potencial, sem que houvesse lugar a reposição), assim como através do esforço da FA, na procura de outras soluções de otimização, como a alienação de aeronaves.

Além de ter afetado o cumprimento do RE, a baixa prontidão de aeronaves poderia ter tido implicações diretas nos compromissos assumidos nas parcerias e alianças, nacionais e internacionais, induzindo dificuldades em assegurar, em simultâneo, e de forma efetiva, a sua realização.

Apesar disso, ainda foi possível participar em operações internacionais e cumprir com as missões na área da segurança humana, tendo-se exigido um esforço adicional às tripulações e pessoal da manutenção.

No que respeita aos recursos humanos diretamente afetos ao produto operacional da FA, e numa perspetiva qualitativa, continua a ser necessário qualificar as tripulações de acordo com requisitos de qualidade, segurança e proficiência. A correção desta fragilidade, que sendo urgente, não se resolve apenas num ano, está dependente de investimento adicional para aumentar o RE (Horas de Voo), fator indissociável da necessidade de reforço para a sustentação dos SA.

Considerando ainda os recursos humanos, a nível global, continua a registar-se uma diferença entre o número de efetivos ao serviço e o número previsto na reforma “Defesa 2020”, fixando-se o valor em 4.617 militares (em dezembro de 2022), em detrimento dos 6.135 previstos (Defesa 2020), traduzindo-se em cerca de 75% do quantitativo planeado.

A redução contínua dos efetivos nos últimos anos resulta essencialmente do número insuficiente de ingressos para o RC e das medidas de retenção dos militares que estão ao serviço. Nos anos mais recentes tem-se registado um aumento nos pedidos de abate ao QP, nas categorias de Oficiais e de Sargentos, na rescisão ou não renovação de contratos dos militares em RC, e ainda uma redução de candidatos ao ingresso na FA.

A estas situações não são alheios o esforço adicional que é exigido aos militares nas fileiras para garantir o cumprimento da missão, incluindo situações de disfunção e de acumulação de funções,

degradação dos vencimentos, que não são concorrenciais quando comparados com os praticados noutros setores do Estado, aos atrasos nas autorizações para admissões e promoções, ao aumento dos períodos de ausência junto das famílias, entre outros.

Para uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, continuando a assegurar a eficácia do cumprimento da missão, considera-se prioritário estabilizar e aumentar as admissões para o QP e promover um aumento de ingressos para o RC. Só desta forma será possível ajustar e manter os recursos humanos altamente especializados para fazer face às exigências da Missão da FA e da sua estrutura orgânica, possibilitando a adoção de uma política de gestão de pessoal mais eficiente.

Ainda assim, apesar dos baixos índices de retenção e reposição de efetivos, continuou a ser assumida como prioritária a regeneração e a melhoria das aptidões dos efetivos em funções, através da aposta contínua na valorização do potencial humano e na qualidade e certificação da formação em todas as áreas de atividade da FA.

Relativamente aos recursos financeiros, verifica-se que o orçamento disponível tem sido fortemente limitado por mecanismos legais, face às reais necessidades do Ramo, nomeadamente os resultantes de cortes nos fundos disponíveis. Continua a acentuar-se uma excessiva dependência do Orçamento de RP para suportar a atividade operacional da FA, o que configura um risco muito elevado para o cumprimento da Missão. Este contexto conduz a uma execução orçamental irregular, que tem condicionado significativamente os processos aquisitivos que sustentam a operação do Ramo, obrigando a reajustamentos frequentes do planeamento efetuado. Esta situação reflete-se, de forma negativa, na manutenção e sustentação dos SA, assim como ao nível da aquisição de combustível operacional.

No que concerne ao esforço de investimento na edificação de capacidades militares, as verbas atribuídas à FA em 2022 para a edificação de Capacidades, através da aquisição e modernização de equipamentos, tiveram origem na LPM e na LIM. A LPM tem sido, ao longo dos anos, um instrumento fundamental para a edificação e manutenção da capacidade operacional da FA que, através de programas coerentes e realistas, tem conseguido modernizar-se, para que hoje seja uma FA de dimensão adequada, tecnologicamente evoluída, equilibrada e capaz nas capacidades que disponibiliza para a ação do Estado, prestigiada e considerada, tanto nacional como internacionalmente.

Mas se a edificação de capacidades é um processo determinante, também a sua sustentação e atualização são processos fundamentais. De facto, os meios aeronáutico e tecnológico, a volatilidade dos cenários de emprego e a importância de diversidade nas opções de resposta, que os Estados devem dispor, implicam uma permanente atualização das suas capacidades, sob pena de se tornarem irrelevantes. Este risco assume especial relevância quando, em contexto internacional, existam situações de conflito.

As atividades desenvolvidas pela FA em 2022, à semelhança dos anos anteriores, pautaram-se por uma assinalável postura de contenção na gestão dos recursos disponíveis. As reduções impostas na atividade operacional, implicaram que os níveis de eficiência e de cumprimento dos objetivos ficassem aquém do esperado. Contudo, o esforço de concretização da Missão foi conseguido em detrimento da adequada capacidade de qualificação de recursos humanos especializados, nomeadamente das qualificações operacionais mais exigentes.

Importa contrariar esta tendência, para evitar consequências e implicações severas no cumprimento da missão, na medida em que a obtenção e manutenção dos elevados níveis de experiência obrigam a um investimento sustentado no tempo, ao nível da formação, de treino e de empenhamento operacional das tripulações.

Adicionalmente, a regeneração do potencial das frotas foi muito afetada, tendo resultado na indisponibilidade de aeronaves e fazendo antever futuras dificuldades ao nível da sua prontidão operacional. Os desafios que se apresentam no imediato incidem, por isso, tanto no domínio do reforço dos recursos humanos da FA, como no domínio do reforço financeiro, de forma a promover a recuperação do potencial das frotas e conduzir a melhores resultados no produto operacional.

Adicionalmente, as múltiplas dimensões e rápidas transformações em curso, no contexto da Segurança e Defesa e no quadro de Alianças em que Portugal se insere, exigem o reforço e atualização de medidas e de meios que importa acautelar.

De igual forma, no plano nacional, importa acautelar desde já as recentes responsabilidades atribuídas à FA no âmbito dos Fogos Rurais. Espera-se que, ao aumento de esforço e de responsabilidades, correspondam um nível adequado de recursos disponibilizados.

Perante os desafios e dificuldades apresentados, mas ciente do seu potencial humano e tecnológico, a FA reafirma-se comprometida com o cumprimento da missão atribuída e com a preservação da confiança dos Portugueses.

SIGLAS

A – Atividades

ACL – Aeroporto Complementar de Lisboa

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

C2 – Comando e Controlo

CA – Capacidade

CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais

EEINC – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural

EEINP – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente

EMFAR – Estatuto do Militares das Forças Armadas

FA – Força Aérea

FND – Forças Nacionais Destacadas

FRI – Força de Reação Imediata

HV – Horas de Voo

LIM – Lei de Infraestruturas Militares

LoA – *Level of Ambition*

LPM – Lei de Programação Militar

MDN – Ministério da Defesa Nacional

NATINAMDS – *NATO Integrated Air and Missile Defense System*

NATO – *North Atlantic Treaty Organization*

NQ – Não qualificado

OB – Objetivo Operacional

OE – Objetivo Estratégico

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Plano Anual de Atividades

POL – Pronto com Limitações Operacionais

PV – Pronto para voo

QRA – *Quick Reaction Alert*

QP – Quadro Permanente

RAA – Relatório Anual de Atividades

RC – Regime de Contrato

RCE – Regime Contrato Especial

RE – Regime de Esforço

RI – Receita de Impostos

RP – Receitas Próprias

SA – Sistemas de Armas

SAR – *Search and Rescue*

SCEP – Sistema Central de Encargos Plurianuais

SESAR – *Single European Sky ATM Research*

UA – Unidade Aérea

UAS – *Unmanned Aerial Systems*

UAV – *Unmanned Aerial Vehicle*

UE – União Europeia

VJTF – *Very high readiness Joint Task Force*

Anexo A - Índices de Concretização das Atividades

Com vista a assegurar um processo de gestão de atividades que providencie maior objetividade e acrescente mais mensurabilidade, assegurando uma forma uniforme de reporte, foram considerados indicadores e metas globais de gestão orientadores da execução das Atividades planeadas e da utilização dos recursos disponíveis ao nível global da FA. As metas globais são definidas em áreas de especial interesse ou impacto no resultado operacional da FA e constam da Diretiva de Objetivos e Indicadores de Gestão para 2022.

Apresentam-se os resultados obtidos nos vários indicadores de gestão, agrupados por Atividades, as quais se encontram alinhadas com os OB segundo os coeficientes de ponderação apresentados. Por sua vez, existe um conjunto de Ações que, devidamente agrupadas e ponderadas, permitem quantificar o grau de concretização de cada Atividade. Fornecem por isso uma imagem quantitativa da eficácia da execução da estratégia da FA em 2022.

Objetivo Operacional (OB) e Atividades (A)		Progresso
OB1 REFORÇAR A Capacidade de Resposta Imediata e Flexível	A1.1 – Operação dos Sistemas de Armas	85,0%
	A1.2 – Comando e Controlo Aéreo	92,0%
	A1.3 – Apoio Direto à Atividade Aérea	84,0%
	A1.4 – Sustentação dos Sistemas de Armas	89,0%
	A1.5 – Certificação da Aeronavegabilidade	81,0%
	A1.6 – Gestão dos Fogos Rurais	99,0%
	A1.7 – Gestão da Rede Operacional	100,0%
OB2 POTENCIAR A Gestão Eficiente dos Recursos Humanos	A2.1 – Gestão de RH, Carreiras, Promoções e Movimentos de Pessoal	82,0%
	A2.2 – Recrutamento e Seleção	98,0%
	A2.3 – Gestão Administrativa	94,0%
	A2.4 – Justiça e Disciplina	91,0%
	A2.5 – Ação Social e Assistência Religiosa	100,0%
	A2.6 – Apoio Médico e Psicológico	96,0%
	A2.7 – Preparação Física e Desportos	81,0%
	A2.8 – Medidas de Retenção e Qualificação Profissional	60,0%

Objetivo Operacional (OB) e Atividades (A)		Progresso
OB3 GARANTIR Logística Robusta e Dinâmica	A3.1 – Gestão de Infraestruturas e Equipamentos	97,0%
	A3.2 – Assegurar a Função Abastecimento e Intendência	81,0%
	A3.3 – Assegurar a Função Transporte e Gestão de Viaturas	89,0%
	A3.4 – Gestão de Comunicações, Sistemas e Tecnologias de Informação	94,0%
	A3.5 – Ações de Ajustamento ao Dispositivo Decorrentes da Implementação do Aeroporto Complementar de Lisboa	27,0%
OB4 VALORIZAR O Ensino e Formação de Qualidade, Investigação de Excelência	A4.1 – Ensino Superior Militar	97,0%
	A4.2 – Formação Militar e Técnica	93,0%
	A4.3 – Instrução de Pessoal Navegante	64,0%
	A4.4 – Valorização das Competências Pessoais e Organizacionais	72,0%
	A4.5 – Investigação Científica e Tecnológica	100,0%
OB5 INVESTIR Em Métodos de Trabalho e Processos Inovadores	A5.1 – Estabelecer e Desenvolver Política e Doutrina	91,0%
	A5.2 – Elaborar e Desenvolver Planos e Programas	100,0%
	A5.3 – Providenciar Assessoria Jurídica	88,0%
	A5.4 – Formação Profissional Complementar	63,0%
OB6 FOMENTAR Cultura de Segurança	A6.1 – Controlo e Inspeção	78,0%
	A6.2 – Prevenção e Investigação de Acidentes	98,0%
	A6.3 – Segurança Militar	72,0%
	A6.4 – Ações e Implementação da Melhoria Contínua	86,0%
OB7 CONSOLIDAR Meios e Capacidades Modernos	A7.1 – Renovação e Aquisição de Novas Capacidades Militares	82,0%
	A7.2 – Edificação das Infraestruturas Militares	46,0%

Objetivo Operacional (OB) e Atividades (A)		Progresso
OB8 INCREMENTAR Fontes de Financiamento Diversificadas	A8.1 – Cooperação Bilateral e Multilateral	100,0%
	A8.2 – Cooperação Técnico-Militar	100,0%
OB9 ESTIMULAR Uma Política Ambiental Sustentável	A9.1 – Proteção Ambiental	74,0%
	A9.2 – Gestão Energética	44,0%
OB10 IMPLEMENTAR Comunicação Estratégica Eficaz	A10.1 – Gestão de Eventos, Protocolo e Informação Pública	100,0%
	A10.2 – Gestão e Divulgação Institucional da Imagem e de Atividades de Natureza Histórico-Cultural	99,0%
	A10.3 – Comunicação Interna	100,0%
	A10.4 – Comunicação Externa	100,0%
	A10.5 – Gestão e Preservação Documental e Audiovisual	90,0%
OB11 OTIMIZAR Gestão com uma Organização Adaptativa suportada em SI atuais e resilientes	A11.1 – Gestão Orçamental e Financeira	98,0%
	A11.2 – Processamento de Abonos	100,0%
	A11.3 – Auditoria Financeira e Patrimonial	96,0%
	A11.4 – Política <i>Paperless</i>	0,0%
	A11.5 – Implementação da Base do Conhecimento	0,0%

Tabela A-1 - Índice de concretização das Atividades.

Anexo B – Tabelas de Recursos Humanos

Categoria	Existências a 31DEZ								
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Oficiais QP, no ativo, na estrutura das FFAA	1267	1281	1280	1285	1298	1251	1252	1237	1223
Sargentos QP, no ativo, na estrutura das FFAA	2401	2404	2349	2315	2186	2047	2005	1879	1826
Oficiais RC (inclui militares fora das FFAA)	279	234	219	244	262	287	280	342	332
Sargentos RC (inclui militares fora das FFAA)	-	-	-	14	50	177	286	277	351
Praças	1583	1372	1361	1191	1216	949	883	845	816
Subtotal (QP e RC nas FFAA)	5530	5291	5209	5049	5012	4711	4706	4580	4548
Instruendos na AFA (Cadetes)	150	142	130	145	152	167	220	262	283
Militares em preparação p/ ingresso no RC	193	430	367	401	414	349	486	637	579
Militares do RC em preparação p/ ingresso QP	99	76	25	78	27	173	104	152	166
Subtotal (Formação)	442	648	522	624	593	689	810	1051	1028
Civis	881	846	702	686	725	730	718	716	722
Subtotal (QP, RC, Formação, civis)	6853	6785	6433	6359	6330	6130	6234	6347	6298
Oficiais QP, no ativo, fora das FFAA	71	67	74	79	74	71	72	60	59
Sargentos QP, no ativo, fora das FFAA	84	85	84	82	80	73	62	60	59
Subtotal	155	152	158	161	154	144	134	120	118
Oficiais QP, na reserva, na efetividade	32	34	33	36	32	47	82	83	40
Oficiais QP, na reserva, fora da efetividade	323	304	290	234	204	201	175	181	228
Sargentos QP, na reserva, na efetividade	15	20	13	14	26	31	122	141	31
Sargentos QP, na reserva, fora da efetividade	568	448	423	331	360	425	445	479	621
Subtotal	938	806	759	615	622	704	824	884	920
Militares na estrutura das FFAA (QP, RC e na reserva na efetividade)	5577	5345	5255	5099	5070	4789	4910	4804	4619
TOTAL Geral	7946	7743	7350	7135	7106	6978	7192	7351	7336

Tabela B-1 – Evolução dos efetivos totais da FA (civis e militares, em todas as situações, incluindo formação).

Categoria	Efetivo a 31DEZ (na estrutura das FFAA)									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Oficiais	1.271	1.267	1.281	1.301	1.310	1.335	1.283	1.318 *	1.320 *	1.263
Sargentos	2.403	2.401	2.404	2.360	2.327	2.236	2.069	2.118 *	2.020 *	1.857
Totais	3.674	3.668	3.685	3.661	3.637	3.571	3.352	3.436	3.340*	3.120

*Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março; Decreto-Lei n.º 330/2007, de 9 de outubro; Decreto-Lei n.º 59/2009, de 4 de março; e do Decreto-Lei n.º 261/2009, de 28 setembro.

Inclui ainda 37 Oficiais e 105 sargentos convocados, no âmbito da pandemia COVID-19, para prestar serviço na situação de reserva na efetividade ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 7 do artigo 156º do EMFAR conjugado com o disposto no Despacho do CEMFA n.º 73/2020, de 3 de dezembro.

Tabela B-2 - Evolução dos Efetivos Militares dos Quadros Permanentes, na estrutura orgânica das Forças Armadas

Situação	Efetivos 2022	Reforma Defesa 2020	Diferença	Diferença (%)
	A	B	A-B	A-B
QP /Ativo	3.049	3.744	-695	-19%
QP / Reserva na efetividade de serviço	71	50	21	42%
RC/RCE	1.497	2.341	-884	-36%
Total	4.617	6.135 ¹¹	-1.518	-25%

Tabela B-3 - Efetivos na estrutura orgânica das Forças Armadas.

Categoria	Máximos (Reforma Defesa 2020)	Máximos autorizados 2022 (DL 6/2022)	Efetivo (na estrutura FFAA)	Diferencial (Máximos autorizados vs 31DEZ22)	
			31DEZ2022	Quant	%
Oficiais	1.599	1.510	1.223	- 287	-19%
Sargentos	2.195	2.190	1.826	-364	-17%
Totais	3.794	3.700	3.049	-651	-18 %

Tabela B-4 - Efetivos Militares do Quadro Permanente na estrutura orgânica das Forças Armadas.

Categoria	2018			2019				2020				2021			2022		
	Ingr.	Saídas	Dif.	Ingr.	Ingr.	Saídas	Dif.	Ingr.	Ingr.	Saídas	Dif.	Ingr.	Ingr.	Saídas	Dif.		
Oficiais	66	115	-49	33	90	-57	38	54	-16	47	61	-14	41	107	-66		
Sargentos	48	49	-1	65	177	-112	72	147	-75	0	123	-123	47	231	-184		
Totais	114	164	-50	98	267	-169	110	201	-91	47	184	-137	88	338	-250		

Tabela B-5 – Evolução dos ingressos vs. saídas de pessoal militar dos Quadros Permanentes (inclui os militares a prestar serviço fora da estrutura das Forças Armadas).

Categoria	Curso	Origem dos candidatos	Candidatos admitidos							
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2021
Oficiais	Curso de Mestrado em Ciências Militares e Aeronáuticas	Externa e Interna	21	23	30	36	32	73	47	51
Oficiais	Estágio Técnico Militar (Mestrado)	Externa e Interna	0	1	1	2	2	2	6	4
Oficiais	Estágio Técnico Militar (Licenciatura)	Interna	20	19	23	27	27	34	11	8
Sargentos	Curso de Formação de Sargentos	Interna	52	70	48	63	77	68	70	65
Totais			93	113	102	128	138	177	134	128

Tabela B-6 – Evolução dos candidatos admitidos nos cursos de formação para ingresso nos Quadros Permanentes.

¹¹ A FA tem em curso a revisão do seu quadro orgânico/Matriz Estrutural de Pessoal (MEP), no sentido de acomodar e incorporar novos processos, tecnologias, capacidades e missões (Ciberdefesa, Comando e Gestão dos meios aéreos próprios do Estado, aeronaves não tripuladas, substituição de aeronaves e do dispositivo, etc.). Os 6.135 militares não acomodam ainda as novas missões, designadamente a Ciberdefesa e o Comando e Gestão dos meios aéreos próprios do Estado, que o quadro orgânico/Matriz Estrutural de Pessoal (MEP) da FA, atualmente em revisão, contempla.

Categoria	Efetivos a 31DEZ (na estrutura das FFAA)									
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Oficiais	347	279	234	219	244	260	285	277	337	332
Sargentos	0	0	0	0	14	55	176	285	276	350
Praças	1.685	1.583	1.372	1.361	1.191	1.226	944	879	844	815
Totais	2.032	1.862	1.606	1.580	1.449	1.541	1.405	1.441	1457	1497

Tabela B-7 - Evolução dos efetivos de militares em regime de contrato, na estrutura orgânica das Forças Armadas.

Categoria	Máximos (Reforma Defesa 2020)	Máximos autorizados (DL 6/2022)	Efetivo 31DEZ2022 (na estrutura das FFAA)	Diferença (Máximo autorizado vs 31DEZ22)	
				Quant.	%
Oficiais	284	377	332	- 45	- 12%
Sargentos	454	414	350	- 64	- 15%
Praças	1.603	1.360	815	- 545	- 40%
Totais	2.341	2.122	1.457	- 654	- 30%

Tabela B-8 - Efetivos militares, por categoria, em regime de contrato.

Categoria	2018			2019			2020			2021			2022		
	Adm.	Saídas	Dif.	Adm.	Saídas	Dif.	Adm.	Saídas	Dif.	Adm.	Saídas	Dif.	Adm.	Saídas	Dif.
Oficiais	42	8	34	70	34	36	34	13	-21	58	25	33	57	65	-8
Sargentos	38	1	37	131	16	117	118	2	-116	96	5	91	105	13	92
Praças	197	84	113	64	285	-221	99	120	21	24	214	-190	248	266	-18
Totais	277	93	184	265	325	-60	251	135	-116	178	244	-66	410	344	66

Tabela B-9 - Ingressos vs. saídas de militares em Regime de Contrato.

Categoria	Vagas Planeadas 2022	Execução (31DEZ22)				
		Incorporações	Taxa de Incorporação	Desistências e Eliminações	Em Formação (IB e IC)	Concluíram IC
Oficiais	147	85	58%	1	77	58
Sargentos	146	120	82%	14	265	120
Praças	584	222	38%	25	232	260
Totais	877	427	49%	40	574	438

Tabela B-10 - Execução do Plano de Incorporações para o ingresso de militares em Regime de Contrato.

Modalidade de Vinculação	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	675	718	720	708	708	717
Contratos de Docência	4	0	2	2	1	0
Contrato de Prestação de Serviços (Avença)	5	5	6	6	6	5
Requisição (Carreira Docente)	2	2	2	2	2	0
Totais	686	725	730	718	716	722

Tabela B-11 - Evolução dos quantitativos de pessoal civil.

Anexo C – Plano de Atividades 2022 (atividades com expressão orçamental)

Objetivo Operacional (OB) / Atividade (A)	Execução (Euros)		
	FA	DECIR	ACL
OB1 - REFORÇAR Capacidade de Resposta Imediata e Flexível	48.474.455	62.678.012	0
A1.1 – Operação dos Sistemas de Armas	138.011	19.888.783	
A1.2 – Comando e Controlo Aéreo	975.887		
A1.3 – Apoio Direto à Atividade Aérea	1.375.113		
A1.4 – Sustentação dos Sistemas de Armas	45.985.445		
A1.6 – Gestão dos Fogos Rurais		42.789.229	
OB2 - POTENCIAR A Gestão Eficiente dos Recursos Humanos	678.907	58.087	0
A2.2 – Recrutamento e Seleção	180.012		
A2.3 – Gestão Administrativa	311.386	58.087	
A2.4 – Justiça e Disciplina	1.165		
A2.5 – Ação Social e Assistência Religiosa	23.438		
A2.6 – Apoio Médico e Psicológico	135.872		
A2.7 – Preparação Física e Desportos	27.033		
OB3 - GARANTIR Logística Robusta e Dinâmica	38.600.733	129.072	579.203
A3.1 – Gestão de Infraestruturas e Equipamentos	19.798.480	829	
A3.2 – Assegurar a Função Abastecimento e Intendência	11.405.604		
A3.3 – Assegurar a Função Transporte e Gestão de Viaturas	4.925.896	128.243	
A3.4 – Gestão de Comunicações, Sistemas e Tecnologias de Informação	2.470.753		
A3.5 – Ações de Ajustamento ao Dispositivo Decorrentes da Implementação do Aeroporto Complementar de Lisboa			579.203
OB4 - INCREMENTAR O Ensino e Formação de Qualidade, Investigação de Excelência	3.785.440	1.570	0
A4.1 – Ensino Superior Militar	778.110		
A4.2 – Formação Militar e Técnica	16.697	1.570	
A4.3 – Instrução de Pessoal Navegante	2.127.112		
A4.4 – Valorização das Competências Pessoais e Organizacionais	863.522		
OB5 - INVESTIR Em Métodos de Trabalho e Processos Inovadores	22.205	0	0
A5.2 – Elaborar e Desenvolver Planos e Programas	22.205		
OB6 - FOMENTAR Cultura de Segurança e Melhoria Contínua	780.166	0	0
A6.1 – Controlo e Inspeção	6.957		
A6.2 – Prevenção e Investigação de Acidentes	47.921		
A6.3 – Segurança Militar	725.289		
OB7 - CONSOLIDAR Meios e Capacidades Modernos	159.109.867	6.136.504	0
A7.1 – Renovação e Aquisição de Novas Capacidades Militares	157.594.595	6.136.504	
A7.2 – Edificação das Infraestruturas Militares	1.515.272		
OB8 - INCREMENTAR Fontes de Financiamento Diversificadas	25.583.186	0	0
A8.1 – Cooperação Bilateral e Multilateral	25.571.038		
A8.2 – Cooperação Técnico-Militar	12.147		
OB9 - ESTIMULAR Uma Política Ambiental Sustentável	265.547	0	0
A9.1 – Proteção Ambiental	246.183		
A9.2 – Gestão Energética	19.364		
OB10 - IMPLEMENTAR Comunicação Estratégica Eficaz	399.079	0	0
A10.1 – Gestão de Eventos, Protocolo e Informação Pública	202.212		
A10.2 – Gestão e Divulgação Institucional da Imagem e de Atividades de Natureza Histórico-Cultural	196.867		
OB11 - OTIMIZAR Gestão com uma Organização Adaptativa suportada em SI atuais e resilientes	221.082.341	0	0
A11.1 – Gestão Orçamental e Financeira	428		
A11.2 – Processamento de Abonos	221.081.914		
Subtotal ...	498.781.927	69.003.245	579.203
TOTAL ...		568.364.375	

Tabela C-1 - Execução do Plano de Atividades 2022.